**CONVITE n°** 04/2018

**PROCESSO n°** 98076/2011

**LOCAL, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 30 de Julho de 2018**

**Horário: a partir das 10h00 horas**

**Local: Rua Mauá, n.° 51, 1° andar - Sala 101, Luz, São Paulo/SP**

O Senhor Chefe de Gabinete, Alessandro Soares, usando a competência atribuída pelo art. 103, III, “d” do Decreto Estadual N.° 50.941/2006, convida para participar da Licitação, na modalidade CONVITE, do tipo “MENOR PREÇO”, Processo SC N.° 98076/2011, tendo por objeto a contratação de projeto básico de engenharia e arquitetura para restauro da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no Quilombo Ivaporunduva – Eldorado – Ivaporunduva – Vale do Ribeira/SP, sob o regime de empreitada por preço global, que será regida pela Lei Federal n° 8.666/93 e Lei Estadual n° 6.544/89, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, que as licitantes declaram conhecer e concordar.

As propostas deverão obedecer às especificações e procedimentos deste instrumento convocatório, bem como de seus anexos, que dele fazem parte, para todos os fins e efeitos de direito.

A licitação será processada na sede da Secretaria da Cultura, no endereço acima indicado, em sessão pública, com início às 10:00 horas do dia 30/07/2018, e será conduzida pela Comissão Permanente de Licitação nomeada pelo Secretário da Cultura pela Resolução SC - 055, de 6-6-2018.

Os envelopes de n° 01 – “PROPOSTA DE PREÇO” e o de n° 02 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO’, acompanhados de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, serão recebidos, exclusivamente, em sessão pública que será realizada na Sala 101, 1° andar, Luz, São Paulo/SP, no dia 30/07/2018 às 10:00 horas, e será conduzida pela Comissão Permanente de Licitação designada nos autos do processo.

# 1. DO OBJETO

# A presente licitação tem por objeto a contratação de projeto básico de engenharia e arquitetura para restauro da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no Quilombo Ivaporunduva – Eldorado – Ivaporunduva – Vale do Ribeira/SP, em conformidade com o Termo de Referência – Anexo I, que integra este CONVITE N.° 04/2018, observadas as normas técnicas da ABNT.

**2.** **DA PARTICIPAÇÃO**

Poderão participar do certame:

**2.1** Os interessados do ramo pertinentes ao objeto, cadastrados, ou não no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, convidados pela Administração.

**2.2** Os demais cadastrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, na correspondente especialidade, que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação da proposta, e que atendam as exigências constantes dele e em seus respectivos anexos, inclusive quanto à documentação.

**2.3** Serão impedidas de participar da presente licitação as empresas:

**2.3.1** Que estiverem reunidas na forma de consórcio e sejam controladas por empresas coligadas ou subsidiárias entre si;

**2.3.2** Cujos diretores, responsáveis legais, ou técnicos, possuam qualquer grau de parentesco com funcionários, membros da Secretaria da Cultura, ou sejam sócios, que pertençam, ainda que parcialmente, a empresa do mesmo grupo que estejam participando desta licitação.

**2.3.3** Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Secretaria da Cultura suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

**2.3.4** Estrangeiros que não funcionem no País;

**2.3.5** Que se apresentarem na licitação como subcontratada de outra licitante;

**3. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

* 1. As licitantes deverão apresentar **fora dos envelopes nºs 1 e 2** indicados no subitem 3.2 abaixo, as seguintes declarações:

**3.1.1** **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo II** deste Edital.

**3.1.2** **Declaração (quando for o caso) que a licitante é microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa** que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007, visando o exercício do direito de preferência previsto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme modelo estabelecido no **Anexo III** deste Edital.

**3.2** A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

##### **Envelope nº 1 – Proposta**

Convite nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

* **Envelope nº 2 – Habilitação**

#### Convite nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

**3.3** A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou procurador, juntando-se cópia do instrumento de procuração.

**3.4** Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação por membro da Comissão Permanente de Licitação.

4. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA

**4.1** A proposta de preço deverá ser apresentada, conforme modelo do Anexo VIII e conter os seguintes elementos

**4.1.1** Nome, endereço, CNPJ e Inscrição estadual/municipal do licitante, se houver.

**4.1.2** Número do processo e número deste Convite.

**4.1.3** Descrição sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência - Anexo I deste Convite.

**4.1.4** Preço total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

**4.1.4.1** Os preços incluem todas as despesas diretas ou indiretas e as margens de lucro da contratada, que se refiram ao objeto descrito e caracterizado no Termo de Referência e seus complementos, tais como: materiais e mão-de-obra; transportes; tributos de qualquer natureza; encargos sociais e trabalhistas; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos; despesas administrativas e de escritório; testes laboratoriais ou outros exigíveis por norma técnica e todas as despesas relacionadas com a prestação de serviços do objeto da presente licitação.

**4.1.4.2** Proposta apresentada por cooperativa de trabalho deverá discriminar os valores dos insumos, especialmente os dos serviços sobre os quais incidirá a contribuição previdenciária que constitui obrigação da Administração contratante, observadas as disposições do subitem 7.1.1 deste Convite.

**4.1.5** Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

**4.2** A proposta de preço deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

a) **Planilha Orçamentária**, conforme modelo constante do Anexo VIII, preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços unitários e total, grafados em moeda corrente nacional, assinada pelo representante legal da licitante.

b) **Cronograma físico-financeiro**, preenchido, conforme modelo constante do Anexo X, assinado pelo representante legal da licitante.

b.1) Poderá ser utilizado como modelo para a elaboração do item “b” acima, o Cronograma físico-financeiro referencial constante do Anexo IX deste Edital.

c) **Planilha de composição de BDI**, segundo modelo do Anexo XI, assinado pelo representante legal da licitante.

d) A fim de agilizar a conferência dos valores apresentados, as licitantes deverão encaminhar, **em via única**, a proposta de preço e seus documentos, **acompanhada** de **arquivo eletrônico (CD)** contendo a Planilha Orçamentária (com**, no máximo, duas casas decimais**)**.**

**5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 2 - HABILITAÇÃO**

**5.1** O envelope de “Habilitação” deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

**5.1.1** **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual, ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

**b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei federal nº 12.690, de 19/07/2012;

**c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

**d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**e)** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**f)** Registro da sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei federal n. 5.764, de 14 de julho de 1971, em se tratando de cooperativa, conforme parágrafo 2º do art. 1º do Decreto estadual n. 55.938, de 21 de junho de 2010, com a nova redação dada pelo Decreto estadual n. 57.159, de 21 de julho de 2011.

**5.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**a)** Certidão de Registro da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU; conforme Resolução Confea nº 266/79.

**b)** Atestado(s) de Capacidade Técnica-Operacional de bom desempenho em serviços similares ao objeto da presente licitação, em nome da licitante, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. A comprovação poderá ser feita por um ou mais atestados e deverá atender no mínimo o quantitativo a seguir discriminado:

**b.1)** Elaboração de projeto de arquitetura para restauro de edificação de, no mínimo, 75 m² de área construída;

**b.1.1)** este(s) atestado(s) deverá(ão) conter, necessariamente, a especificação do tipo de serviços, com indicações dos quantitativos dos trabalhos realizados e do prazo de execução.

**c)** Identificação do profissional que será responsável pelo comando dos serviços, que deverá ser arquiteto com experiência na área de restauro de edificações, comprovada por meio de CAT - Certidão de Acervo Técnico do CREA/CAU, conforme o caso.

**c**.**1**) A comprovação do vínculo profissional a que se reporta a alínea “c” deste subitem 5.1.2 pode se dar mediante a apresentação de contrato social, anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social ou contrato de trabalho, ou, no caso de prestador de serviços, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá à licitante apresentar cópia do contrato social atualizado.

**d)** Declaração de Vistoria Técnica, conforme modelo do Anexo VI.

Local da Vistoria: Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no Quilombo Ivaporunduva – Eldorado – Ivaporunduva- Vale do Ribeira/SP, Acesso pela SP-165 - Rodovia Benedito Pascoal de França- Km 115,7.

**5.1.3** **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**a)** Certidão, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, negativa de falência, concordata e recuperação judicial e/ou certidão positiva de recuperação judicial acompanhada do Plano de Recuperação homologado judicialmente, que demonstre a possibilidade de que a empresa venha a honrar os compromissos que decorrerão da futura contratação.

**a.1)** Se a licitante for cooperativa, a certidão mencionada na alínea “a”, deste subitem 5.1.3, deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

**5.1.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

**b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**c)** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal, da sede ou domicílio da licitante;

**d)** Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**e)** Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

**f)** Certidão Negativa ou Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa (CNDT).

**5.1.5** **OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

**a)** Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Decreto Estadual nº 42.911, de 06.03.98, segundo modelo do **Anexo IV**.

**b)** Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, segundo modelo do **Anexo V**, assegurando:

**i.)** que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (nos termos do art. 87, IV da Lei Federal nº 8.666/93) e tampouco não possui penalidade aplicada de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração (conforme art. 87, III da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 7º da Lei federal nº 10.520/2002);

**ii.)** não incorre nas vedações da Lei estadual nº 10.218/1999;

**iii.)** atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único do art. 117 da Constituição do Estado).

**c)** Declaração de Cessão de Direitos Autorais e Patrimoniais, segundo modelo do **Anexo XIV.**

**5.2 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

**5.2.1** Os interessados cadastrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, na correspondente especialidade, informarão o respectivo cadastramento e apresentarão apenas os documentos relacionados nos itens 5.1.1 a 5.1.5 que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou que, se apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade, na data de apresentação das propostas, vencidos.

**5.2.1.1** Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no subitem 5.2.1, a Comissão Permanente de Licitação diligenciará junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

**5.2.2** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data da apresentação das propostas.

**5.2.3** As microempresas e empresas de pequeno porte, assim como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei federal n° 11.488, de 15.06.2007 deverão apresentar a documentação prevista no subitem 5.1.4 para fins de comprovação de sua regularidade fiscal, ainda que tais documentos apresentem alguma restrição.

**6. DA SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA**

* 1. No local, data e horário indicados no preâmbulo deste Convite, em sessão pública e durante tempo mínimo de 15(quinze) minutos, a partir da respectiva abertura, a Comissão Permanente de Licitação receberá a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e, quando for o caso, a declaração a que se refere o subitem 15.1 deste Convite, mais os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação e, na seqüência, procederá a abertura dos envelopes nº 1 – PROPOSTA, sendo que estes envelopes e as propostas após verificados e rubricados por todos os presente, serão juntados ao presente processo.

**6.1.2** Os envelopes n° 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, depois de rubricados por todos os presentes, ficarão sob a guarda da Comissão Permanente da Licitação fechados e inviolados, até as respectivas aberturas em sessão pública.

**6.2** A licitante poderá apresentar-se ao ato por seu representante legal ou pessoa devidamente credenciada, mediante procuração com poderes específicos para intervir no processo licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição.

**6.3** Os representantes das proponentes deverão identificar-se exibindo a Carteira de Identidade, acompanhada do contrato social da licitante e do instrumento de procuração, quando for o caso, para que sejam verificados os poderes do outorgante e do mandatário.

**6.4** É vedada a representação de mais de uma licitante por uma mesma pessoa.

**6.5** A entrega dos envelopes configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas neste Convite, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se a licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditiva a participação, quando for o caso.

* 1. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

1. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

**7.1** As propostas de preço serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas apresentadas, que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções correspondentes nos casos de eventuais erros encontrados, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para a apuração do valor final da proposta.

**7.1.1** Se a licitante for cooperativa de trabalho, para fins de aferição do preço ofertado, será acrescido ao valor dos serviços de que trata o subitem 4.1.4.2 deste Convite, o percentual de 15% (quinze por cento) a título de contribuição previdenciária, que constitui obrigação da Administração contratante (artigos 15 e 22, inc. IV, da Lei federal n° 8.212, de 24.06.1991, este último dispositivo com a redação dada pela Lei federal n° 9.876, de 26.11.1999).

**7.2** A análise das propostas visará o atendimento das condições estabelecidas neste Convite, sendo desclassificada a proposta que:

**a)** Estiver em desacordo com qualquer das exigências estabelecidas neste Convite;

**b)** Apresentar preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado, ou que se revelar manifestamente inexeqüível, nos termos do artigo 48, inciso II, da Lei federal n° 8.666/93;

**c)** Apresentar valores totais que superem a previsão contida na Planilha Orçamentária Referencial que integra este Convite como Anexo IX.

**7.2.1** A Comissão Permanente de Licitação poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes a composição de preços unitários dos serviços e/ou de materiais/ equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

**7.3** Não será considerada, para fins de julgamento da proposta:

**a)** Oferta de vantagem não prevista neste instrumento convocatório e nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

**b)** Oferta de prazo ou condições diferentes dos fixados neste Convite.

**7.4** O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão Permanente de Licitação, que elaborará a lista de classificação das propostas, observada a ordem crescente dos preços apresentados.

**7.4.1** No caso de empate entre duas ou mais propostas, far-se-á a classificação por sorteio público na mesma sessão, ou em dia e horário a ser comunicado aos licitantes pela imprensa oficial, na forma estatuída no artigo 45, parágrafo segundo, da Lei federal nº 8.666/93.

**7.5** Com base na classificação de que trata o item 7.4 será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte, assim como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15.06.2007 preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

**7.5.1**. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos moldes indicados no subitem 7.5, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 10% (dez por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada para que apresente preço inferior ao da melhor classificada.

**7.5.2**. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 7.5.1.

**7.5.3**. O exercício do direito de que trata o subitem 7.5.1 ocorrerá na própria sessão pública de julgamento das propostas, no prazo de 10(dez) minutos contados da convocação, sob pena de preclusão. Não ocorrendo o julgamento em sessão pública ou na ausência de representante legal ou procurador da licitante que preencha as condições indicadas no subitem 7.5.1 na mesma sessão, o exercício do referido direito ocorrerá em nova sessão pública, a ser realizada em prazo não inferior a 2 (dois) dias úteis, para a qual serão convocadas todas as licitantes em condições de exercê-lo, mediante publicação na Imprensa Oficial.

**7.5.3.1**. Não havendo a apresentação de novo preço inferior ao da proposta melhor classificada, por parte da licitante que preencha as condições do subitem 7.5.1, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos moldes indicados no subitem 7.5, cujos valores das propostas se enquadrem nas mesmas condições, poderão exercer o direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, observados os procedimentos previstos no subitem 7.5.3.

**7.5.4.** O não comparecimento a nova sessão pública de que trata o subitem 7.5.3, ensejará a preclusão do direito de preferência da licitante faltante.

**7.5.5**. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 7.4, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos moldes indicados no subitem 7.5, não será assegurada o direito de preferência.

**7.6** Havendo o exercício do direito de preferência a que alude o subitem 7.5, será elaborada nova lista de classificação nos moldes do subitem 7.4 e considerando o referido exercício.

**7.7** Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Administração poderá proceder, consoante faculta o § 3º do artigo 48, da Lei federal nº 8.666/93 e parágrafo único do artigo 43, da Lei estadual n° 6.544/89, marcando-se nova data para sessão de abertura dos envelopes, mediante notificação por escrito ou publicação no DOE.

**7.8** Os envelopes nº 2 – Documentos de Habilitação das licitantes que tiveram propostas desclassificadas serão devolvidos fechados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

**7.9** Não se admitirá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

**7.10** O julgamento da habilitação se fará a partir do exame dos documentos indicados no item 5 deste Convite.

**7.11** Serão abertos os envelopes nº 2 – HABILITAÇÃO dos licitantes cujas propostas ocupem os três primeiros lugares da classificação, com a observância das seguintes situações:

a) Em seguida à classificação das propostas, na mesma sessão pública, a critério da Comissão Permanente de Licitação, se todos os licitantes desistirem da interposição do recurso em face do julgamento das propostas.

b) Em data previamente divulgada na imprensa oficial, nos demais casos.

**7.12** Respeitada à ordem de classificação e o previsto no subitem 7.11, serão abertos tantos envelopes n° 2 – HABILITAÇÃO de licitantes classificadas, quantos forem as inabilitadas com base no julgamento de que trata o subitem 7.10.

**7.13** Admitir-se-á o saneamento de falhas relativas aos documentos de habilitação, desde que, a critério da Comissão Permanente de Licitação, esse saneamento possa ser concretizado no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis.

* 1. Para habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, assim como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei federal n° 11.488, de 15.06.2007 não será exigida a comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 5.1.4 deste Convite, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

**7.14.1** A licitante habilitada nas condições do subitem 7.14, deverá comprovar sua regularidade fiscal, decaindo do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 81, da Lei federal n° 8.666/1993.

**7.14.2** A comprovação de que trata o subitem 7.14.1 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

**7.15** Na hipótese de inabilitação de todos os licitantes poderá proceder-se consoante faculta o § 3º do artigo 48, da Lei federal nº 8.666/93, marcando-se nova data para abertura dos envelopes contendo a documentação, mediante publicação no DOE.

**7.16** Será considerada vencedora do certame a licitante que, atendendo a todas as condições da presente licitação, oferecer o menor preço.

**7.17** A adjudicação será feita pela totalidade do objeto.

**7.18** Se a vencedora do certame for licitante que exerceu o direito de preferência de que trata o subitem 7.5, deverá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da data de adjudicação do objeto, os novos preços unitários e totais para a contratação, a partir do valor total final obtido no certame.

**7.18.1** Esses novos preços serão apresentados em nova planilha, nos moldes do Anexo VIII deste Convite, a ser entregue diretamente no Edifício Sede da Secretaria de Estado da Cultura, sito na Rua Mauá, nº 51, 3º andar, Luz, São Paulo/ SP.

* + 1. Em se tratando de cooperativa, para apuração dos novos preços, deverá ser expurgado o acréscimo indicado no subitem 7.1.1 deste Convite, e o resultado da soma do novo preço total, com o valor do acréscimo expurgado, deverá ser igual ao valor total final obtido no certame.

**7.18.3** Na hipótese de não cumprimento da obrigação estabelecida no subitem 7.18, no prazo ali mesmo assinalado, os preços unitários finais válidos para a contratação serão apurados pelo Contratante, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta observando-se, ainda, o disposto no subitem 7.18.2.

# 8. DO PRAZO, CONDIÇÕES E ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

**8.1** O objeto desta licitação deverá ser executado e concluído em até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da ordem de início dos serviços, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste Convite.

**8.2** No prazo indicado no item 8.1 acima não está computado o período para atendimento dos possíveis comunique-se’s emitidos pelos órgãos competentes aos quais os projetos contratados deverão ser submetidos. Não está computado também no período de 120 (cento e vinte) dias, os serviços de análise e aceite por parte da CONTRATANTE. Esses serviços serão executados com base no princípio da razoabilidade.

**8.3** O objeto desta licitação deverá ser executado nas instalações da CONTRATADA, correndo por conta da mesma as despesas de seguros, transporte, encargos trabalhistas e previdenciários, instalação de equipamentos para a execução dos serviços, despesas com telecomunicações e internet, cópias heliográficas e xerográficas dos elementos gráficos e descritivos dos estudos do projeto, despesas relativas a fotografias, ampliações fotográficas, perspectivas especiais, montagens, apresentações especiais, despesas de viagens e estadias.

**8.4** Todos os projetos elaborados pela CONTRATADA deverão ser aprovados pelo CONTRATANTE e pelos órgãos fiscalizadores e/ou de proteção competentes para conseqüente liberação da etapa seguinte. O desenvolvimento dos serviços obedecerá ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado na proposta.

**9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**9.1** Os serviços serão recebidos pelo Contratante após a aprovação dos projetos, por comissão ou servidores designados, em conformidade com o disposto nos artigos 70 e 71 da Lei estadual nº 6.544/89 e 73 e 74 da Lei federal nº 8.666/93 e as regras específicas estabelecidas neste edital e seus anexos.

**9.2** Constatada a conclusão dos serviços, em conformidade com os termos do Contrato e demais normas técnicas pertinentes e estando aprovados todos os projetos que exijam aprovação nos órgãos competentes, inclusive os de preservação do patrimônio histórico, o Contratante fornecerá o Termo de Recebimento Provisório, que terá validade por 180 (cento e oitenta) dias.

**9.3** Decorrido esse período sem necessidade de quaisquer reparos, será entregue o Termo de Recebimento Definitivo; se houver ocorrências que justifiquem o refazimento no todo ou em parte dos serviços, a contagem do período de 180 (cento e oitenta) dias será recomeçada.

**9.4** O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada e de todos os profissionais responsáveis técnicos pela perfeita adequação técnica dos projetos elaborados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente.

**9.5** Havendo rejeição dos serviços no todo ou em parte estará a Contratada obrigada a refazê-los, no prazo fixado pelo Contratante, observando as condições estabelecidas para a execução.

**9.6** O recebimento dos serviços e projetos, bem como a aceitação dos serviços das etapas intermediárias, atesta o cumprimento das exigências contratuais, mas não afasta a responsabilidade técnica ou civil da CONTRATADA, que permanece regida pela legislação pertinente.

**10. DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTE DE PREÇO**

**10.1** O pagamento de cada etapa dos serviços executados pela CONTRATADA será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da entrada da nota fiscal/fatura no protocolo da Secretaria da Cultura, situada na Rua Mauá, 51, 3º andar, sala 304, Bairro da Luz, São Paulo, acompanhada dos atestados de recebimento firmados pelo Grupo de Projetos e Obras, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro e demais condições e prazos estabelecidos na minuta de termo de contrato, que constitui anexo integrante deste ato convocatório.

**10.2** De acordo com o artigo 2º, do Decreto Estadual n.º 43.060, de 27 de abril de 1998, os pagamentos serão feitos, exclusivamente, por meio de crédito aberto em conta bancária no Banco do Brasil S/A, em nome da CONTRATADA.

**10.3** Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária, bem como juros moratórios a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore”, em relação ao atraso verificado, nos termos do artigo 74, da Lei Estadual nº 6.544/89.

**10.4** Juntamente com a nota fiscal/fatura deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento do INSS e do FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços e à mão de obra alocada para esse fim, bem como do recolhimento do ISSQN – quando não houver retenção nos termos do subitem 11.12 deste item 10, correspondente aos serviços executados.

**10.5** Os documentos descritos no subitem 10.4 deste item 10 poderão ser apresentados por meio de cópia autenticada ou de cópia simples acompanhado do original, para conferência e autenticação pelo servidor público responsável.

**10.6** Se, por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, não houver decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, INSS, bem como do ISSQN – quando não houver retenção nos termos do subitem 11.12 deste item 10, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para os respectivos recolhimentos.

**10.7** A liberação do primeiro pagamento estará condicionada à entrega, pela CONTRATADA, da via azul da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente à execução dos serviços, onde deverá haver alusão expressa ao número do Processo da CONTRATANTE, do contrato e do seu objeto, com os seus campos integralmente preenchidos.

**10.8** Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

**10.8.1** O cumprimento da condição a que se refere o subitem anterior poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º, da Lei estadual nº 12.799/2008.

**10.9** O pagamento realizado pela CONTRATANTE não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados parcialmente.

**10.10** A não aceitação dos serviços pela fiscalização implicará a suspensão imediata do pagamento.

**10.11** Processada a medição, a fiscalização autorizará a CONTRATADA a emitir a respectiva fatura. Caso as faturas apresentem incorreções, estas serão devolvidas à CONTRATADA, para as devidas correções, nesta hipótese o prazo estabelecido no subitem 10.1 deste item 10 será contado a partir da data de reapresentação das faturas, sem incorreções.

**10.12** O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é devido no local do estabelecimento prestador dos serviços, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31.07.03. (Parecer PA 39/2012) e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostre exigível a retenção do imposto, o CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do imposto pelo tomador dos serviços, a CONTRATADA deverá obedecer às seguintes regras:

1. apresentar declaração da Prefeitura com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
2. apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;
3. caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.
4. a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

**10.13** Os preços não serão reajustados.

**10.14** Só será admitido reajuste se o prazo de execução do objeto sofrer prorrogação, observados os termos deste instrumento e da Lei de Licitações, de modo que o contrato venha a atingir vigência superior a 12 (doze) meses, salvo se a prorrogação ocorrer por culpa exclusiva da CONTRATADA, hipótese em que não haverá reajuste.

**10.15** Para o reajuste, será observada a periodicidade de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, e os preços unitários serão reajustados, na periodicidade anual, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

**IPC**

**R = Po . [ (----------) – 1 ]**

**IPCo**

**R** = parcela de reajuste;

**Po** = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

**IPC/IPCo** = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste;

**10.16** As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da UGE: 120.101, Programa de Trabalho: 13.391.1213.2026.0000, Natureza da Despesa: 44.90.51, Fonte: 1.

**11. DA CONTRATAÇÃO**

**11.1** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui como Anexo XII do presente ato convocatório.

**11.1.1** Se por ocasião da formalização do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo vencido, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**11.1.1.1** Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar sua situação de regularidade de que trata o subitem 11.1.1, mediante apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**11.1.2** No prazo de 03(três) dias úteis a partir da data de publicação da homologação e adjudicação no DOE, a adjudicatária deverá, sob pena de a contratação não se realizar, encaminhar ao Grupo de Projetos e Obras da Secretaria da Cultura, sito na Rua Mauá, nº 51, 3º andar, Sala 304, Luz, CEP 01028-900, São Paulo/ SP,o(s) documento(s) de que trata o subitem 5.1.2, alínea “a”, com o visto do CREA-SP ou CAU, quando a sede da licitante vencedora pertencer à região fora da jurisdição da referida entidade.

**11.1.3** Constitui ainda condição para a celebração do contrato, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da respectiva celebração.

**11.1.3.1**. O cumprimento da condição a que se refere o subitem anterior poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º, da Lei estadual nº 12.799/2008.

**11.2** A adjudicatária deverá, no prazo de 03 (três) dias corridos contados da data da convocação, comparecer a Rua Mauá, nº 51, 3º andar, Sala 304, Luz, São Paulo/ SP, para assinar o termo de contrato.

**11.3** O não cumprimento da obrigação estabelecida no subitem 11.2, ou a não apresentação dos documentos indicados nos subitens 7.14.2, 11.1.1.1 e 11.1.2, nos prazos indicados nos referidos subitens, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, nos termos do artigo 81, da Lei federal nº 8.666/93 e artigo 79, da Lei Estadual nº 6.544/89, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas e à aplicação de multa, observado o disposto na Resolução SC nº 27, de 23 de maio de 2013, Anexo XIII, deste edital.

**11.4** Nas hipóteses previstas nos subitens 11.1.3 e 11.3, fica facultado à Administração convocar os demais licitantes, nos termos do artigo 64, § 2°, da Lei federal nº 8.666/93, para a assinatura do contrato.

**12. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

**12.1** Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, artigos 80 e 81 da Lei estadual nº 6.544/89, de acordo com o estipulado na Resolução SC-27, de 23-05-2013 - Anexo XIII deste Convite, no que couber.

**12.2** A licitante que ensejar o retardamento do certame, não mantiver a proposta ou fizer declaração falsa, inclusive aquela prevista no inciso I, do artigo 40, da Lei estadual n° 6.544/1989, com a redação dada pela Lei estadual n° 13.121, de 07 de julho de 2008, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

**12.3** O Contratante reserva-se o direito de descontar das faturas, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

**12.4** As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**13.1** Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com o disposto no artigo 56, da Lei federal nº 8.666/93.

**13.2** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**13.2.1** prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não implemento das demais obrigações nele previstas;

**13.2.2** prejuízos causados à Contratante ou a terceiro durante a execução do contrato;

**13.2.3** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada.

**13.3** A cobertura prevista no subitem 13.2.1 acima abrangerá todos os fatos ocorridos durante a vigência da garantia, ainda que o sinistro seja comunicado pela Contratante após a superação do termo final de vigência da garantia.

**13.4** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada por meio de guia própria de recolhimento, em conta do Tesouro do Estado no Banco do Brasil, que contemple a devida correção monetária do valor depositado.

**13.5** Se a adjudicatária optar pela modalidade seguro-garantia, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos nos subitens 13.2 e 13.3 acima, observado o subitem 13.6.

**13.6** Caso a apólice não seja emitida de forma a atender a exigência prevista no subitem 13.5, a licitante vencedora poderá apresentar declaração, firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos nos subitens 13.2.1 e 13.2.3 acima.

**13.7** No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições.

**13.8** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**13.9** Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

**13.9.1** caso fortuito ou força maior;

**13.9.2** descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à Contratante.

**13.10** Após a aferição do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993.

**13.11** A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa, observado o disposto na Resolução SC nº 27, de 23-5-2013.

**14. DOS RECURSOS**

**14.1.** Dos atos praticados pela Administração nas diversas fases desta licitação caberão os recursos previstos no artigo 83 da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, dirigidos à autoridade competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, que deverão ser protocolados, exclusivamente, junto ao Centro de Compras e Contratação, sito à Rua Mauá, nº 51, Sobreloja, Sala 304 - Luz, CEP 01028-900, São Paulo/SP, no horário das 9:00 às 17:00 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação daquele ato ou da lavratura da ata.

**15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1** Para fruição dos benefícios previstos nos subitens 7.5 e 7.14 a qualidade de microempresa e empresa de pequeno porte deverá estar expressa nos documentos indicados no subitem 5.1.1, alíneas “a”, “b” e “d”. Para a fruição dos mesmos benefícios a cooperativa que preencha as condições fixadas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007 deverá apresentar, juntamente com os envelopes nºs 1 e 2 e fora deles, declaração sob as penas da lei, firmada por representante legal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo III, deste edital.

**15.2** Os casos omissos do presente Convite serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitação.

**15.3** Os esclarecimentos relativos a esta licitação deverão ser protocolados, por escrito, nos dias de expediente, das 9:00 às 17:00 horas, no Grupo de Projetos e Obras da Secretaria da Cultura, situada na Rua Mauá, nº 51, 3º andar, Sala 304, Luz, CEP 01028-900, São Paulo/ SP, ou pelo email: [emorioka@sp.gov.br](mailto:emorioka@sp.gov.br), [jessicacristina@sp.gov.br](mailto:jessicacristina@sp.gov.br), [nathantsantos@sp.gov.br](mailto:nathantsantos@sp.gov.br), [gjvacaro@sp.gov.br](mailto:gjvacaro@sp.gov.br), [celsonomoto@sp.gov.br](mailto:celsonomoto@sp.gov.br)

**15.4** A publicidade dos atos pertinentes a esta licitação será efetuada mediante afixação no quadro de avisos do licitante e através da publicação no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico [www.e-negociospublicos.com.br](http://www.e-negociospublicos.com.br) e www.cultura.sp.gov.br

**15.5** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

**15.6**  Integram o presente edital:

Anexo I Termo de Referência;

Anexo II Modelo de Declaração da Licitante de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação;

Anexo III Modelo de Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007;

Anexo IV Minuta de declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego em atendimento ao inciso V, artigo 27 da Lei nº 8666/93;

Anexo V Minuta de declaração de inexistência de fato impeditivo e outros;

Anexo VI Modelo de Certificado de Visita técnica;

Anexo VII Minuta de Proposta de Preço;

Anexo VIII Planilha Orçamentária para preenchimento;

Anexo IX Planilha Orçamentária e Cronograma Fisico-Financeiro Referencial;

Anexo X Cronograma Físico- Financeiro para Preenchimento;

Anexo XI Planilha de composição de BDI;

Anexo XII Minuta de Termo de Contrato;

Anexo XIII Resolução SC nº 27, de 23 de maio de 2013;

Anexo XIV Declaração de Cessão de Direitos Autorais e Patrimoniais.

São Paulo, \_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_

**ALESSANDRO SOARES**

**Chefe de Gabinete**

**Termo de Referência**

**Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos**

**Eldorado- Quilombo Ivaporunduva- Vale do Ribeira/ SP**

*(Acesso pela SP-165 - Rodovia Benedito Pascoal de França- Km 115,7)*

**Índice**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1.** | **Apresentação** | | | 03 |
|  | **1.1** | Histórico | | 03 |
|  | **1.2** | Localização | | 05 |
|  | | | |  |
| **2.** | **Objetivo Geral** | | | 06 |
|  | **2.1** | Contexto e Justificativa | | 07 |
|  | | | |  |
| **3.** | **Disposições Gerais** | | | 08 |
|  | | | |  |
| **4.** | **Escopo dos Serviços** | | | 08 |
|  | **4.1** | Projetos de Restauração, Conservação e Requalificação do Patrimônio Edificado a serem apresentados no Projeto BÁSICO | | 08 |
|  |  | **4.1.1** | Identificação e Conhecimento do Bem | 09 |
|  |  | **4.1.2** | Diagnóstico | 17 |
|  |  | **4.1.3** | Proposta de Intervenção | 19 |
|  | **4.2** | Projetos Complementares a serem apresentados no Projeto Básico | | 24 |
|  |  | **4.2.1** | Instalações Hidráulicas e Sanitárias | 25 |
|  |  | **4.2.2** | Instalações Elétricas e Eletrônicas | 29 |
|  |  | **4.2.3** | Instalações de Prevenção e Combate a Incêndios | 35 |
|  |  | **4.2.4** | Acessibilidade para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida | 36 |
|  |  | | |  |
| **5.** | **Prazos de execução** | | | 40 |
|  |  |  |  |  |
|  | **Anexo I** | | **Forma de Apresentação dos Trabalhos** | 41 |
|  |  |  |  |  |
|  |

**1. Apresentação**

1.1. Histórico

Ivaporunduva, localizada no município de Eldorado, no estado de São Paulo, é um importante ponto do eco turismo do Vale do Ribeira e tem sua ocupação datada do século 16. O povoado se desenvolveu entorno da cultura de subsistência, com construções em pau a pique, que se mantém até os dias de hoje. Sabe-se que a região de Iguape era um importante ponto de comercialização de escravos. (FORTES *in* CARENO, 1997, p. 40)

A região era uma grande fazenda pertencente à senhora Dona Maria Joana1. Ela faleceu sem deixar herdeiros, e suas terras ficam sob posse de seus escravos. O fato de a comunidade ser totalmente ocupada por negros motivou a vinda de escravos fugidos e libertos, até que em 1690 é formado o Quilombo de Ivaporunduva. Atualmente, existem 98 famílias descendentes diretas de escravos vivendo na comunidade, totalizando aproximadamente 500 habitantes. O território de 2.754,34 hectares tem 80% de sua área coberta de Mata Atlântica e próxima de um conjunto de cavernas. A região é rica em recursos hídricos, sendo um dos alvos do projeto de construção de usinas hidroelétricas na região, dentre outros projetos que envolvem o Vale do Ribeira, como circuitos turísticos. Em defesa do seu patrimônio material e imaterial, as comunidades locais se organizaram contra o projeto das barragens, sendo que em 1994 surgiu a Associação do Quilombo de Ivaporunduva, com intuito de combater o projeto na região. Em 1997, o quilombo foi reconhecido pela união e em 2000 eles obtiveram a titularidade do território. Dentre o patrimônio cultural e as atividades que auxiliam no desenvolvimento econômico da comunidade, está a festa da Nossa Senhora do Rosário, realizada no mês de outubro, que conta com festividades dentro do espaço da igreja, com danças africanas e oferendas, além de comidas e bebidas tradicionais da região.

Das atividades econômicas, está a produção da banana orgânica certificada e o repovoamento do palmito juçara, ambos conquistados com apoio técnico do ISA (Instituto Socioambiental) e incentivo financeiro dos Subprogramas Projetos Demonstrativos PDA² (Ministério do Meio Ambiente).

1 No artigo, Lemos cita tal senhora. Não existem outros relatos a sua respeito ou de suas propriedades.

2 Criado em 1995, é um programa envolvendo o Governo Brasileiro, organismos de cooperação internacional de países membros do G7 e redes de ONG’s e Movimentos Sociais da Amazonia (GTA) e Mata Atlantica (RMA), para, através de experiências inovadoras, estimular desenvolvimento dessas comunidades

Outro produto desenvolvido pelo quilombo é o artesanato feito com a folha de bananeira, que conta com assessoria técnica da ESALQ USP (Escola Superior Antônio Luís de Queiroz) e do ISA, com incentivo da Petrobrás, Brazil Foundation e PDS (Ministério do Meio Ambiente). A atividade resultou, inclusive, na produção de um livro. O ecoturismo é outro destaque da região; Alguns membros possuem certificação de monitoria ambiental desde 2001, e promovem atividades culturais com escolas de todo estado de São Paulo. Dentre as iniciativas turísticas promovidas em toda a região do Ribeira, incluindo o Quilombo de Ivaporunduva, está o “Circuito Quilombola”, que promove uma rota ao longo de diversos quilombos.

A CAPELA:

A comunidade de Ivaporunduva esteve fortemente ligada ao ciclo do ouro. Embora associado às Minas Gerais, teve início em São Paulo, na região do Vale do Ribeira.

O historiador e antigo prefeito da cidade de Iguape, Guilherme Ernesto Young, realizou estudos a respeito da região. Em suas pesquisas, afirma que em 1691 a comunidade de Ivaporunduva já era grande e possuía uma construção,apontando a necessidade de um capelão³, sendo nomeado Frei Antônio da Assunção. Como sugere Lemos em seu artigo “(...) deveria ser uma construção rústica, se é que existia mesmo (...)”. Posteriormente, durante o paroquiado do Reverendo João Teixeira da Cruz é que foi, de fato, construída a nave da capela (LEMOS, sem data).

No livro do tombo de Xirica4, estima-se que a capela tenha sido construída entre 1780 e 1785 e a nave concluída em 1791. Relata-se, ainda, a existência de uma morada vizinha, mobiliário da capela, uma pia batismal, um púlpito, um cancelo, e duas imagens, a da Nossa Senhora do Rosário em madeira policromada e de São João Batista, em terracota (LEMOS, sem data). Desse inventário, resta apenas a imagem da Nossa Senhora. Em 1972, a capela foi tombada pelo CONDEPHAAT, pelo processo numero 18.942/70, aberto em 1970, durante a gestão da presidente Lúcia Piza Figueira de Mello Falekenberg.

3**Capelão** é um ministro religioso autorizado a prestar assistência e a realizar cultos em comunidades religiosas, conventos, colégios, universidades, hospitais, presídios, corporações militares e outras organizações ou corporações, e que geralmente é oficiado por um padre ou pastor . Ao longo da história, muitas cortes e famílias nobres tinham também o seu capelão. No caso de uma corporação militar, fala-se de *capelania militar ou capelania castrense*. *Disponível em:http://dicionarioportugues.org/pt/capelao*

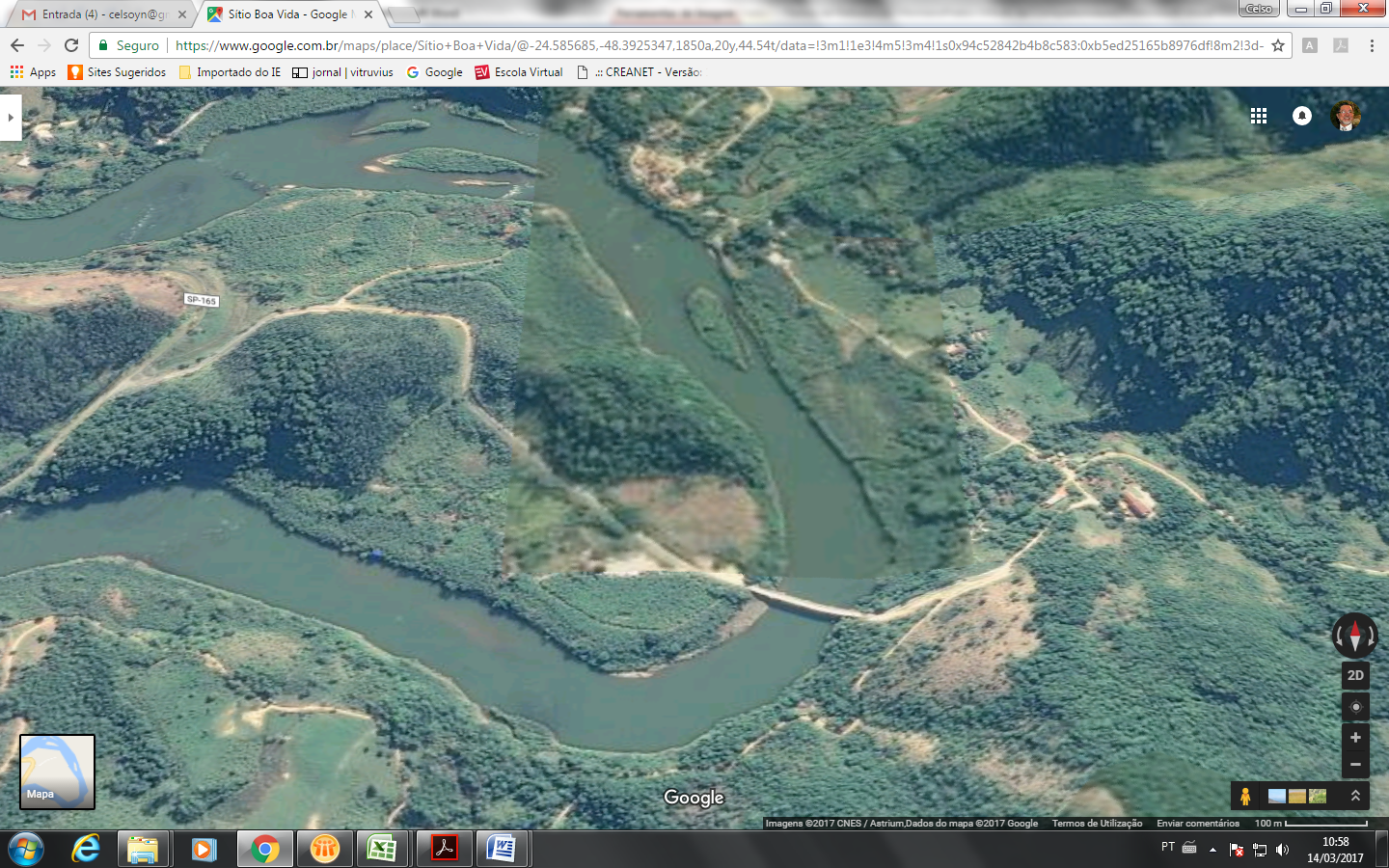
4 Xirica era o antigo nome dado ao atual município de Eldorado. Em nota, Cadera explica “O Pe. Mendonça foi quem organizou os primeiros documentos referentes ao Livro do Tombo de Xirica”



Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

1.2. Localização

Situado próxima ao Quilombo Ivaporunduva, em Eldorado- Vale do Ribeira / SP.



Rio Ribeira de Iguape

Capela N.S.Rosário dos Homens Pretos

SP 165

Quilombo Ivaporunduva

**N**

Fonte: Google Earth – 2017

**2. Objetivo Geral**

Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Arquitetura e Engenharia, objetivando o desenvolvimento de **projeto de restauro, requalificação de áreas e complementares**, garantindo o pleno funcionamento da Capela Nossa Senhora dos Homens Pretos- Ivaporunduva- Eldorado/ SP.

**Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos**

|  |
| --- |
| Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos |
| |  |  | | --- | --- | | seta1b | seta1 | |
|  |

**Localização:** Ivaporunduva, às margens do Rio Ribeira do Iguape - Eldorado/ SP  
  
**Número do Processo:** 18942/70  
  
**Resolução de Tombamento:** Resolução de 21/07/1972  
  
**Publicação do Diário Oficial:** 22/07/1972

A Capela de Nossa Senhora do Rosário foi erguida por escravos negros, em taipa de pilão, por volta de 1775, na região de Ivaporunduva, cuja riqueza, ainda por esta época, devia-se à extração do ouro.  A conclusão das obras da capela apenas se efetivou no século XIX, ocasião em que se introduziu a capela mor, em alvenaria de pedra cangicada. A planta se constitui de nave única e de capela mor, este último corpo menor e mais baixo, coberta por telhado em duas águas. A sua fachada principal, bem simplificada, possui uma única porta e, acima, na altura do coro, duas janelas.

Fonte: Processo de Tombamento- CONDEPHAAT- UPPH

Sendo assim, os projetos, objeto deste Termo de Referência, deverão submeter-se a análise e aprovação do referido órgão de preservação.

2.1. Contexto e Justificativa

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da **Secretaria da Cultura**, pretende reformar, recuperar e restaurar as áreas deste equipamento cultural, localizado as margens do Rio Ribeira de Iguape, próximo ao Quilombo Ivaporunduva em Eldorado/ SP, objetivando o pleno funcionamento da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

.

Atualmente, observa-se manifestações patológicas, como por exemplo:

* A capela apresenta diversos danos, tanto na cobertura quanto fachadas e elementos internos.;
* Em uma visita de reconhecimento realizada em setembro de 2016, pela UPPH, foram analisados os aspectos mais críticos envolvendo, sobretudo, a cobertura e questões de drenagem, que implicam simultaneamente em problemas de umidade em todo edifício;
* Os danos superficiais e visíveis,foram relatados e foram dadas indicações de um possível prognóstico. Outros elementos, que requerem inspeção aprofundada, são apenas apontados, indicando a necessidade de um processo investigativo detalhado O piso necessita de manutenção, como por exemplo, o piso de granilite do corredor do primeiro pavimento apresenta grandes rachaduras;
* Ademais, foram avaliados aspectos envolvendo o edifício, como elementos estruturas e de arquitetura, além de elementos decorativos e entorno, bem como a apreensão do bem pela comunidade.
* Tais analises visam produzir um relatório emergencial de medidas paliativas dos danos mais graves (infiltração) a serem executadas com urgência. Em paralelo a execução desses serviços, se prevê inspeção dos demais danos para produção dos projetos básico de restauro de todo edifício e requalificação do entorno.

Sendo assim, das emergências, temos:

* Não existe Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
* Problemas de infiltração, ocasionados por danos na cobertura e pela ausência de um sistema de drenagem
* Avaliação das alvenarias, esquadrias, forros e pisos.
* O sistema de combate a incêndio instalado no edifício em questão é insuficiente, apresentando apenas extintores, sem a devida sinalização e demais itens obrigatórios;
* As infiltrações no telhado causaram graves problemas nas instalações elétricas, comprometendo dutos e fiação existentes;
* O edifício em questão deverá atender a norma ABNT NBR 9050/2015, referente a acessibilidade;

Almeja-se com estes serviços, quando prontos, permitir o pleno funcionamento deste edifício, proporcionando uma alternativa agradável e segura à população do Município de Eldorado.

**3. Disposições Gerais**

Os serviços especializados de Projeto de Arquitetura / Engenharia deverão ser executados pelo ESCRITÓRIO / EMPRESA (a ser contratada) e, estarão sob a responsabilidade do profissional designado pela CONTRATADA, de acordo com seus próprios meios e padrões.

Os serviços especializados de Projetos Complementares, além de serem elaborados de acordo com as normas e recomendações da ABNT e, estarem de acordo com as disposições pertinentes da legislação do município, deverá ser entregue em datas determinadas em comum acordo com a CONTRATANTE que não comprometam o cronograma.

A CONTRATADA responderá sobre garantias de funcionamento arquitetônico, estabilidade da construção e qualidade das instalações nos termos do Código Civil Brasileiro e Código do Consumidor.

A CONTRATADA se obriga a refazer o projeto quanto constatado, durante a obra, erros, omissões e/ou divergências de compatibilidade com outros projetos.

Todos os materiais e serviços a serem especificados deverão atender ao contido no art. 7º, §5º c/c art. 15, §7º da Lei Federal nº 8.666/93.

**4. Escopo dos Serviços**

**4.1. Projetos de Restauração, Conservação e Requalificação do Patrimônio Edificado a serem apresentados no Projeto Básico.**

Este projeto arquitetônico de restauração, conservação e requalificação de áreas deverá seguir orientações das Cartas de Restauro e as diretrizes dos órgãos de preservação pertinentes, tendo em observância às prescrições estabelecidas em Códigos, Leis ou Normas, nas três esferas de governo, pertinentes ao assunto e vigentes, no local da intervenção

O(s) autor(es) do projeto deverá considerar a prescrição mais exigente dentre as prescrições relativas à preservação do patrimônio histórico estabelecidas pelas três esferas de governo, compatibilizando-as conforme as exigências de cada órgão.

Deverão ser consideradas ainda, na elaboração dos Projetos, as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as disposições vigentes relativas à acessibilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, à arqueologia e ao meio ambiente, conforme legislação específica para cada caso.

A aprovação dos órgãos de preservação em quaisquer esferas não substitui, nem exclui a aprovação do Projeto pela Prefeitura Municipal, concessionárias de serviços públicos, Corpo de Bombeiros, demais órgãos e entidades públicas, no que lhes compete.

O Projeto deverá apresentar o conjunto de elementos necessários e suficientes para execução das ações destinadas a prolongar o tempo de vida da edificação que abriga a **Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos**, englobando os conceitos de restauração, conservação e requalificação.

O Projeto será desenvolvido em etapas, possibilitando o acompanhamento, avaliações e orientações por parte dos órgãos competentes, no que diz respeito às suas atribuições. Sabe-se que estas etapas são complementares e interdependentes e, a qualquer momento da elaboração do Projeto, poderão ser revisadas e são as descritas a seguir:

1ª Identificação e Conhecimento do Bem;

2ª Diagnóstico;

3ª Proposta de Intervenção, contendo:

* Estudo Preliminar;
* Projeto Básico;
* Planilha Orçamentária (quantitativa e preços) e Cronograma Físico-financeiro da obra;

4.1.1. Identificação e Conhecimento do Bem

Esta etapa tem o objetivo de conhecer e analisar a edificação sob os aspectos históricos, estéticos, artísticos, formais e técnicos. Objetiva também compreender o seu significado atual e ao longo do tempo, conhecer a sua evolução e, principalmente, os valores pelos quais foi reconhecida como patrimônio cultural. São atividades componentes desta etapa:

4.1.1.1. *Pesquisa Histórica*

A Pesquisa Histórica sistematizará as informações, obtidas por meio de pesquisas arquivística, bibliográfica e de fontes orais, objetivando conhecer e situar a edificação no tempo, identificando sua origem e o seu percurso histórico. Deverão ser buscados nas pesquisas aspectos políticos, socioeconômicos, técnicos e artísticos que direta ou indiretamente possam estar relacionados com a vida pregressa do Bem.

Terá também o propósito de aferir a autenticidade dos elementos, identificando alterações, avaliando qualitativamente a ambiência da edificação, subsidiando portanto, decisões projetuais. Serão úteis, também, para definições de caráter técnico, os estudos das tipologias regionais, das fotos e dos desenhos antigos, prospecções, descrições, plantas, cortes e demais documentações relativas ao Bem.

Os levantamentos dos dados históricos devem ser suficientemente rigorosos de modo a evitar falsas interpretações, comprometendo a autenticidade das informações, ou a necessidade de novas pesquisas.

Constituem usualmente fontes de pesquisa:

* Os arquivos dos órgãos de preservações Federal, Estadual e Municipal, das instituições de pesquisa federais, Estaduais e Municipais, da Cúria Metropolitana e Arquidioceses correspondentes, Irmandades, Cartórios, Museus, entre outros;
* As fontes bibliográficas: livros existentes a respeito do assunto e publicações como anuários, revistas, jornais, e outros;
* Banco de dados informatizados de cunho artístico e histórico;
* As fontes orais: depoimentos de moradores antigos da região, do local ou residentes na edificação e outros.

A Pesquisa Histórica resultará nos seguintes produtos:

I. Relatório – contendo:

a) Descrição sumária do contexto histórico no qual a edificação foi construída;

b) Data e informação sobre o período da construção e das intervenções posteriores;

c) Identificação da função primitiva e das posteriores, até os dias atuais;

d) Autor do projeto, construtores, escultores, pintores, proprietários;

e) Outras informações que venham elucidar as transformações ocorridas.

II. Documentação Pesquisada:

a) Reproduções da documentação gráfica, iconográfica e fotográfica existente em arquivos públicos ou particulares;

b) Reproduções de manuscritos ou documentos antigos: escrituras, contratos, atos administrativos, entre outros;

c) Reprodução da documentação de propriedade atual do imóvel.

III. Cronologia Construtiva da Edificação

a) Reprodução de plantas, cortes, elevações, memoriais e demais peças gráficas do projeto original e, quando for o caso, das alterações posteriores;

b) Demonstrativo da cronologia da edificação, apresentando os seus diversos momentos em conjuntos esquemáticos de plantas, cortes e fachadas.

IV. Relação dos Elementos Artísticos Móveis e Integrados

Relação dos elementos artísticos móveis e integrados da edificação, tais como: mobiliário, alfaias, imaginária, talhas, retábulos, forros, pinturas parietais e painéis de azulejos, etc. A relação será elaborada conforme orientação da Unidade Regional do IPHAN.

4.1.1.2. *Levantamento Físico*

Compreende as atividades de leitura e conhecimento da forma da edificação, obtidos por meio de vistorias e levantamentos, representados gráfica e fotograficamente.

Os produtos desta atividade são:

4.1.1.2.1. *Levantamento Cadastral*

Compreenderá a rigorosa e detalhada representação gráfica das características físicas e geométricas da edificação, do terreno e dos demais elementos físicos presentes na área a ser levantada, indicando:

**a) Planta de Situação** - Representará a implantação da edificação e seu terreno na malha urbana. Deve ser apresentada na escala de 1:500 ou 1:1000, de esquemática indicando vias de acesso, orientação, edifícios de interesse histórico ou artístico da área, e outros.

**b) Planta de Locação** - Representará a implantação da edificação no terreno e vizinhança, em escala de 1:200 ou 1:100, conforme as dimensões do monumento, contendo:

* Endereço da edificação, largura e denominação de ruas e praças, passeios públicos;
* Área do terreno, área construída e projeção da edificação;
* Amarração da edificação em relação ao terreno, devidamente cotada;
* Ângulos do terreno ou triangulação;
* Orientação magnética;
* Indicação do sistema de drenagem de águas pluviais existente;
* Locação de arrimos, muros, cercas, grades e portões existentes, com dimensões e especificações;
* Locação da entrada padrão de energia elétrica, água, telefone e outras, de caixas de saída de esgoto e de águas pluviais;
* Locação de rede pública de água, esgoto, energia elétrica, telefone e águas pluviais;
* Perfis do terreno;
* Representação de passarelas, pátios, passeios de proteção, escadas externas, com indicação da declividade, dimensões, amarrações e respectivas especificações;
* Representação de jardins, gramados, arborização com especificação das espécies;
* Indicação dos pontos de referência das fotografias.

**c) Plantas Baixas** - Representarão, no plano horizontal, a compartimentação interna da edificação, em escala de 1:50 ou, excepcionalmente, em 1:100, contendo:

* Denominação e numeração de todos os ambientes, circulações e acessos;
* Cotas de nível nos diversos cômodos, relacionadas à RN (Referência de nível);
* Dimensões externas: medidas em série e totais;
* Dimensões internas: medidas de lado e diagonais dos cômodos, espessura das paredes e amarração dos vãos;
* Codificação e especificação de todos os detalhes construtivos, tais como: janelas e vãos, seteiras, gradis, sacadas, óculos, altares, púlpitos, balaustradas, etc., com legenda na mesma prancha;
* Representação de escadas internas e de acesso com numeração dos degraus e dimensões;
* Representação de soleiras, passeios de proteção, e outros devidamente cotados e especificados;
* Área de cada cômodo e do pavimento;
* Representação e identificação dos elementos estruturais, alvenarias, materiais construtivos, revestimentos e demais elementos por meio de convenções;
* Indicação, em convenção, do sentido do tabuado do piso e forro dos cômodos. Em caso de complexidade destes elementos, representar em plantas específicas;
* Projeção de clarabóia, coro, caixa d’água, beirais e outros elementos situados acima da seção convencional das plantas;
* Indicação de pontos de luz e força, tomadas e interruptores, fiação ou tubulação aparente e outros;
* Indicação de pontos de água e esgoto, registros, tubulação aparente, ralos, aparelhos sanitários e outros.

**d) Fachadas** - Representação de todos os planos verticais externos da edificação, em escala de 1:50, excepcionalmente 1:100, contendo:

* Indicação e representação de todos os elementos: acessos, estrutura, alvenarias, revestimentos, esquadrias (com sistema de abertura) e, conforme o caso, muros, grades, telhados, marquises, toldos, letreiros e outros componentes arquitetônicos;
* Caimento de ruas e/ou terreno;
* Especificação do tipo de pintura e cor das alvenarias e esquadrias, bem como dos demais materiais de acabamento.

**e) Cortes** - Representarão, no plano vertical, a compartimentação interna da edificação, em escala de 1:50, em número necessário para o perfeito entendimento da edificação, deverão conter:

* Indicação e representação da estrutura, alvenarias, tetos, revestimentos, esquadrias, telhados, lanternins, “sheds”, domos, calhas, caixas d’água, equipamentos fixos e outros, no que couber;
* Caimento de ruas e/ou terreno;
* Cotas de pés direitos;
* Cotas de nível de pisos, escadas e patamares;
* Cotas de piso a piso, espelhos e rebaixos;
* Altura de vergas, vãos e peitoris;
* Dimensões de beirais e demais elementos em balanço;
* Altura de cimalhas, platibandas, rodapés, barras e outros elementos;
* Dimensões de peças do telhado, inclinação da cobertura, altura de pontaletes, apoios e representação exata da armação das tesouras e demais peças;
* Indicação de todos os elementos da instalação elétrica cotados em relação ao piso;
* Representação dos elementos da instalação hidráulica cotados em relação ao piso;
* Indicação do tipo e cor da pintura das alvenarias, esquadrias, entre outros.

**f) Plantas de Cobertura** - Representam a forma e o sistema construtivo da cobertura, em escalas de 1:100, 1:50 ou 1:20, por meio de:

* Diagrama - descrição da cobertura, relacionando-a com o perímetro da edificação, contendo:

- limite do prédio, em tracejado;

- limite da cobertura, em linha cheia;

- sentido das declividades;

- dimensões dos beirais;

- ângulo de inclinação, porcentagens ou pontos de cada água;

- representação de calhas, condutores, rufos, rincões, chaminés, e outros.

* Engradamento - Representação de todo o sistema estrutural da cobertura, por meio de:

- identificação e representação em planta de tesouras, terças, caibros, ripas, forros, cambotas, guarda-pós, cachorros, beirais, caixas d’água;

- dimensões das peças;

- detalhes da armação das tesouras com representação de ferragens e sambladuras, entre outros;

- detalhes de elementos isolados, beirais, ornatos como lambrequins, outros;

- à parte, quando necessário, planta de forros, sua estrutura (cambotas, barrotes, etc.) e seus detalhes notáveis.

* Detalhes - Apresentados, preferencialmente, nas escalas 1:20, 1:10 ou 1:5, devem adotar a mesma codificação de elementos construtivos adotada em plantas. Todos os detalhes devem estar cotados e especificados quanto ao material, revestimento ou pintura (tipo e cor). São exemplos:

- seteiras, óculos e vãos;

- elevações, cortes e dimensões das esquadrias e representação sumária das ferragens devidamente especificadas;

- guarda-corpos de sacadas e janelas rasgadas, balaustradas ou painéis especiais (treliçados, gradeados, etc.);

- cunhais, arco de pedra, madeira, etc.;

- forros com detalhes especiais, clarabóia, etc.;

- bacias de sacadas, sobrevergas, suporte de luminárias, etc.;

- escadas, armários, etc.;

- coruchéus, sineiras, gradis, etc.;

- outros detalhes especiais.

4.1.1.2.2. *Documentação Fotográfica*

Visa complementar a compreensão da edificação e registrar o seu estado anterior à intervenção. Deverão ser apresentadas em fichas individuais, em formato A4, nas dimensões 10 x 15 cm, em impressões de fotos digitais. Deverão conter ainda a planta esquemática do pavimento com a indicação do ponto de tomada e ângulo da foto; número de ordem e número total das fotos, autor, número da pose e negativo, data, nome e endereço da edificação. O seu conteúdo deve abranger:

**a) Fotos Externas**

* Entorno: vistas do conjunto em que se insere a edificação, ruas, praças, jardins, muros;
* Grades, portões, quintais;
* Fachadas, cobertura, detalhes, etc.

**b) Fotos Internas**

* Vista geral do interior;
* Cômodos que apresentem alterações, áreas lesionadas ou soluções especiais;
* Detalhes: elementos decorativos e outros que apresentem interesse especial.

4.1.1.2.3. *Elementos Artísticos Integrados*

A depender da especificidade do acervo da edificação o levantamento, o diagnóstico do estado de conservação e o projeto dos elementos artísticos integrados deverão ser objetos de tratamento específico.

No entanto, deverá ser componente do Projeto, as especificações e os detalhes necessários à execução das proteções do acervo durante a intervenção.

4.1.1.3. *Análise Tipológica, Identificação de Materiais e Sistema Construtivo*

Esta atividade consolidará criticamente o conjunto de informações obtido na pesquisa histórica, levantamento cadastral e prospecções, analisando de forma pormenorizada a tipologia arquitetônica, os materiais empregados, o sistema construtivo da edificação e o contexto no qual está inserida.

O produto desta atividade consiste, basicamente, em Relatório conclusivo, referenciando as demais conclusões das atividades citadas anteriormente, devendo no mínimo conter:

a) descrição das características arquitetônicas da edificação: partido de composição, proporções volumétricas, estilo ou influência artística, aparência atual e outras características;

b) avaliação da autenticidade do conjunto e de suas partes, com indicação do grau de integração ou interferência dos elementos que foram acrescentados ao conjunto original;

c) indicação, em planta e elevações, dos elementos que foram suprimidos ou alterados e suas características originais básicas;

d) caracterização dos acréscimos meramente utilitários cuja inclusão não tenha obedecido a razões arquitetônicas;

e) análises e considerações da relação da edificação com seu entorno, qualificando as interferências do espaço externo: edificações vizinhas, iluminação (luminárias, postes, fiação, etc.), calçamento, mobiliário urbano, tráfego e comunicação visual.

4.1.1.4. *Prospecções*

As Prospecções objetivarão fornecer informações complementares à pesquisa histórica e levantamento cadastral, possibilitando análises e deduções de hipóteses de diagnóstico, alternativas de soluções de projeto.

4.1.1.4.1. *Arquitetônica*

Com vistas à identificação de materiais, do sistema construtivo, estado de conservação e alterações do partido arquitetônico, deverão ser considerados para a realização da prospecção arquitetônica, os seguintes aspectos: vãos que tenham sido fechados; vedos suprimidos; estrutura da cobertura; alteração dimensional dos vãos; alteração dimensional de elementos construtivos; materiais de construção utilizados; estado de conservação; cor e pintura original das paredes, portas, janelas e elementos decorativos; pintura decorativa dos forros, paredes e outros.

A definição e a escolha dos pontos iniciais de prospecção são embasadas no conhecimento da edificação obtido nas pesquisas realizadas, vistorias e hipóteses levantadas sobre possíveis alterações na mesma.

4.1.1.4.2. *Estrutural e do Sistema Construtivo*

Basicamente estas prospecções consistem na abertura de valas, trincheiras ou poços de inspeção (escavações), remoções de revestimentos, pisos, forros, peças de madeira, coberturas, aterros, entulhos, etc. E, tem por objetivo vistoriar, realizar testes e ensaios expeditos, retirar amostras e levantar informações sobre materiais e sistemas construtivos, com base em vestígios e demais marcas e sinais da “vida pregressa” da edificação que está sendo prospectada.

As prospecções deverão ser realizadas, nos locais com indicação de vestígios e sinais, como são os casos de áreas ou elementos lesionados, dos quais constituem exemplos as vistorias e verificação do estado de conservação de pés-de-esteio e outras peças de madeira, embutidas ou encobertas; fundações, paredes e elementos estruturais com recalques, deformações, deslocamentos, rotações, fissuras, manchas de umidade, eflorescências, etc.

4.1.1.4.3. *Arqueológica*

A pesquisa arqueológica é definida após a Avaliação do Potencial Arqueológico, etapa inicial do trabalho de Arqueologia Histórica no patrimônio edificado, que se insere na coleta prévia de dados para a elaboração do projeto de intervenção.

Se a avaliação do potencial arqueológico indicar a necessidade da pesquisa arqueológica, deverão ser observadas as orientações contidas nas legislações que dispõem sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Todos os produtos da atividade Prospecção deverão ser apresentados nas formas de:

**I. Mapeamento dos resultados obtidos**: Em plantas e elevações, deverão ser reunidas as informações coletadas, expostas por meio de legenda gráfica ou em cores, e os pontos prospectados devidamente indicados. Estas informações podem ser apresentadas nos produtos de outras atividades, a exemplo das plantas faladas do levantamento cadastral e na cronologia construtiva da pesquisa histórica, inclusive no mapeamento de danos do diagnóstico.

**II. Documentação fotográfica**: Apresentar conjunto de fotografias, referenciando-as ao mapeamento dos pontos prospectados;

**III. Relatório**: Deverá conter as principais conclusões dos trabalhos, indicando as descobertas significativas, comprovação ou eliminação de hipóteses, relacionando aos demais elementos da pesquisa histórica e indícios visuais e cadastrais.

4.1.2. Diagnóstico

Será a etapa de consolidação dos estudos e pesquisas anteriormente realizados, na medida em que complementa o conhecimento do objeto, analisando de forma pormenorizada determinados problemas ou interesses específicos de utilização do Bem.

A análise integrada das informações obtidas anteriormente com aquelas produzidas nesta etapa será sintetizada no diagnóstico propriamente dito.

São atividades componentes desta etapa:

4.1.2.1. *Mapeamento de Danos*

Objetiva a representação gráfica do levantamento de todos os danos existentes e identificados na edificação, relacionando-os aos seus agentes e causas.

São considerados danos todos os tipos de lesões e perdas materiais e estruturais, tais como: fissuras, degradações por umidade e ataque de xilófagos, abatimentos, deformações, destacamento de argamassas, corrosão e outros.

4.1.2.2. *Análises do Estado de Conservação*

Após o levantamento das patologias da edificação, procederão às análises do estado de conservação, considerando as informações coligidas na etapa de Identificação e Conhecimento do Bem: pesquisa histórica, levantamento físico, análise tipológica e identificação de materiais e do sistema construtivo e nas prospecções.

Assim, deverão estar claramente identificados os seguintes componentes:

**I. Avaliação do Estado de Conservação dos Materiais** - Deverão ser feitas considerações sobre as patologias dos materiais da edificação, localizando-as nas alvenarias, revestimentos, pisos, forros, cobertura, esquadrias e ferragens, pintura e outros detalhes.

**II. Avaliação do Estado de Conservação do Sistema Estrutural** - Deverá ser verificado o comportamento estrutural da edificação, nos seus diversos componentes: fundação, pilares, vigas, paredes, sistema de contraventamento, vínculos, sistema de cobertura e outros.

**III. Identificação dos Agentes Degradadores** - Deverão ser identificados todos os agentes de degradação, quais sejam: agentes externos – fenômenos físicos, químicos, biológicos e humanos; agentes inerentes à edificação – decorrentes do projeto e da sua execução; e os decorrentes do uso e da manutenção.

**IV. Caracterização dos Danos de Fundação e Danos Estruturais** - Deverão ser verificados os danos de fundação e estruturais, observando-se os esforços e cargas a que estão submetidos, identificando os problemas de estabilidade e suas causas determinantes.

4.1.2.3. *Estudos Geotécnicos*

A necessidade dos estudos geotécnicos é decorrente das análises preliminares e das hipóteses levantadas nesta etapa de diagnóstico e objetiva fornecer elementos precisos para identificação das causas dos danos verificados da edificação.

Verificada a necessidade dos estudos geotécnicos, a execução dos mesmos deverá ser ajustada junto com o contratante.

4.1.2.4. *Ensaios e Testes*

Esta atividade do trabalho consiste basicamente na análise dos materiais existentes na edificação, por meio de ensaios e testes requeridos pelas necessidades do projeto, tanto para compreender os danos dos materiais, como para definir a intervenção, a exemplo de: limpeza de pedras, definição do traço de argamassas.

Os produtos da etapa “Diagnóstico” deverão ser apresentados nas formas de:

**I. Relatório** - Em folha A4, podendo contar com fotos, gráficos, croquis e outros que se fizerem necessários para o perfeito entendimento do produto;

**II. Peças Gráficas** - Em plantas baixas e elevações deverão ser indicados os danos, relacionando as causas e agentes, convencionados em legenda gráfica ou em cores. Recomenda-se, também, que cada cômodo seja representado isoladamente, com todas as suas elevações rebatidas, para melhor compreensão das causas e extensão dos danos;

**III. Fichas** - Poderão ser apresentadas fichas complementares, tais como: quadro de esquadrias, elementos decorativos, ferragens, etc.;

**IV. Documentação Fotográfica** - Poderá ser complementada a documentação fotográfica apresentada no levantamento cadastral, dando enfoque a determinados detalhes.

As fotos poderão ser apresentadas no corpo do texto, relacionadas a algum comentário ou análise, ou na forma anteriormente convencionada. De toda forma, faz-se necessário relacionar o número da ficha fotográfica ao aspecto que se quer destacar na análise.

4.1.3. Proposta de Intervenção

Compreende o conjunto de ações necessárias para caracterizar a intervenção, determinando soluções, definindo usos e procedimentos de execução, abordados técnica e conceitualmente.

Para efeito de melhor desenvolvimento das propostas, verificação de hipóteses, permitir o melhor acompanhamento, avaliação e orientação pelos órgãos competentes, viabilizar a discussão com os diversos técnicos e setores envolvidos no processo.

A etapa Proposta de Intervenção subdivide-se em duas partes interdependentes, a saber:

* Estudo Preliminar;
* Projeto Básico;

Considerar, no entanto, para elaboração da proposta, todos os estudos desenvolvidos nas etapas anteriores, Identificação e Conhecimento do Bem e Diagnóstico, sem os quais se torna inviável a concretização da mesma.

4.1.3.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na apresentação do conceito e fundamentos da Proposta de Intervenção, com indicativos de soluções para os problemas e questões levantadas no diagnóstico e no programa de uso para a edificação. Tem também o propósito de subsidiar a consulta prévia.

Os produtos desta parte deverão ser apresentados na forma de:

**I. Memorial Descritivo** - Contendo justificativa do partido adotado e sua coerência com o uso destinado à edificação, soluções técnicas indicadas e justificadas para as alternativas propostas;

**II. Especificações Preliminares de Materiais e Serviços**;

**III. Estimativas de Custos;**

**IV. Peças Gráficas** - Representação gráfica da proposta conceitual destina-se à compreensão do partido adotado, da viabilidade técnica das propostas e à verificação da qualidade e do grau das interferências na edificação, por meio de:

**a) Plantas gerais** - plantas dos diversos pavimentos da edificação, plantas de locação e situação, em escala que permita o perfeito entendimento da proposta. Pode-se adotar o recurso das plantas faladas para melhor elucidar os propósitos técnicos e conceituais;

**b) Cortes e elevações esquemáticos** - representações esquemáticas, no plano vertical, das alternativas e modificações propostas para a edificação;

**c) Perspectivas, outros** - todo e qualquer material necessário ao perfeito entendimento da proposta (ex.: perspectivas, maquete, modelos virtuais), nos casos ajustados com o contratante.

4.1.3.2. *Projeto Básico*

Nesta etapa deverão ser desenvolvidos todos os elementos e informações necessários para definir a intervenção proposta, nos seus aspectos técnicos, conceituais, quantitativos e básicos, com vistas à licitação da obra.

É resultante da Identificação e Conhecimento do Bem, das análises processadas no Diagnóstico - quando alternativas começam a ser sinalizadas - das alternativas técnicas e de materiais disponíveis, das condições de prazo e outros.

Os produtos desta parte deverão ser apresentados na forma de:

4.1.3.2.1. *Memorial Descritivo*

Consiste no detalhamento da Proposta de Intervenção, com as devidas justificativas conceituais, das soluções técnicas adotadas, dos usos definidos e das especificações de materiais. Deve ser apresentado em textos no formato A4, contendo:

**a) Conceituação** - constitui a essência do Projeto visto que representa a definição daquilo que se pretende fazer e das razões pelas quais se optou por determinadas soluções, definindo assim, os níveis da intervenção. Tem como ponto de partida, a avaliação da unidade possível da edificação em função do seu aspecto atual e estado de conservação. Na conceituação se explica qual é a unidade que se pretende recuperar, justificando de forma teórica a maneira pela qual as soluções adotadas objetivam a preservação dos valores artísticos e históricos envolvidos e, ao mesmo tempo, garantem a integridade física da edificação;

**b) Definição de Uso** - consiste na proposta de reutilização, mudança de uso ou ainda, na manutenção do existente. É a premissa de qualquer Proposta de Intervenção, devendo-se para isto observar a vocação da edificação, buscando a melhor adequação às novas necessidades. Aqui, deverá ser detalhado o programa de uso, compatibilizando-o aos espaços da edificação, e representado graficamente para compreensão do funcionamento proposto;

**c) Viabilidade Técnica** - consiste na apresentação e justificação das soluções e alternativas técnicas propostas, confrontando-as com os preceitos que fundamentam a Proposta de Intervenção. Complementa e elucida as informações contidas no material gráfico. Recomenda-se que se destaquem as intervenções por áreas da edificação, pavimentos ou cômodos, de acordo com a complexidade do projeto;

**d) Especificações de Materiais e Serviços** - definem os materiais e acabamentos a serem utilizados, em especial revestimentos de fachadas e pisos, paredes e tetos de todos os ambientes, assim como a indicação dos procedimentos de execução. Nesta fase, as especificações podem ser complementadas nos próprios desenhos (plantas, cortes e fachadas).

4.1.3.2.2. *Planilha Orçamentária*

Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico-financeiro com a quantificação de materiais e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos e o cronograma físico-financeiro. Utilizar preferencialmente o Boletim referencial de custos da CPOS- Companhia Paulista de Obras e Serviços.

4.1.3.2.3. *Peças Gráficas*

Consistem na representação gráfica da proposta adotada, contendo as dimensões e especificações dos materiais e serviços necessários. Nesta apresentação, podem ser dispensados os desenhos que por não acrescentarem informação, se mantenham idênticos aos do levantamento cadastral. Compreendem:

**a) Planta de Situação** - representa a implantação da edificação e seu terreno na malha urbana, apresentada na escala de 1:500 ou 1:1000, indicando vias de acesso, orientação, edifícios de interesse histórico ou artístico da área, etc.;

**b) Planta de Locação** - representa a edificação em relação ao lote e vizinhança, em escala 1/200 ou 1/100, contendo:

* Indicação de ruas, com denominação, praças e passeios;
* Amarração da edificação em relação ao terreno, devidamente cotada;
* Orientação magnética;
* Áreas do terreno e da edificação (em projeção e construída);
* Referências de nível nos diversos pisos e passeios;
* Representação dos elementos a serem construídos, introduzidos ou alterados, com as respectivas dimensões, convenções, amarrações, especificações e dimensões, tais como: muros, grades, portões, passarelas, escadas, sistema de drenagem de águas pluviais, talude de corte e aterros, etc.; e,
* Representação da arborização, jardins e gramados inseridos ou alterados, com a locação e identificação das espécies, quando for o caso.

**c) Plantas** - representam a edificação no plano horizontal, nos diferentes níveis, indicando as intervenções propostas, com o maior número de informações possíveis à compreensão do projeto. Em escalas de 1:50, excepcionalmente 1:100, compreendem:

* Indicação dos elementos a construir, a demolir e a manter, em planta específica, se houver prejuízo ao entendimento do projeto;
* Denominação dos cômodos segundo o código adotado no levantamento cadastral ou de acordo com o novo uso;
* Cotas de nível nos diversos cômodos, tomadas em relação à RN (referência de nível) estabelecida;
* Dimensões externas detalhadas, quando de alterações em relação ao existente, sumárias, em caso contrário;
* Dimensões internas dos cômodos, espessura de paredes e amarrações de vãos, detalhadas quando houver intervenção, sumárias, em caso contrário;
* Codificação dos detalhes construtivos, tais como: portas, janelas, vãos, seteiras, óculos, altares, balaustradas, púlpitos, gradis, sacadas e outros, com legenda na mesma prancha;
* Representação de escadas internas e de acesso ao monumento, com numeração, sentido de desenvolvimento dos degraus e dimensionamento;
* Área de cada cômodo e de cada pavimento;
* Projeção de clarabóia, sacadas, coro e outros elementos situados acima da seção convencional das plantas;
* Indicação, em convenção, do sentido do tabuado do piso e forro dos cômodos;
* Quadro de esquadrias, por pavimento, contendo dimensões, quantidade, tipo e materiais dos componentes, tais como: enquadramento (pedra, madeira, massa), vedação (vidro, madeira, ferro, etc.), pintura (tipo e cor), ferragens e observações gerais;
* Quadro de especificações de acabamentos por cômodos e pavimentos, contendo tipo, natureza dos materiais e cores dos componentes: piso, rodapé, revestimento, pintura, forro, cimalha, etc.;
* Layout, quando for o caso;
* Outras indicações, julgadas pertinentes pelo projetista.

**d) Fachadas** - Representação dos planos verticais externos da edificação, em escala 1:50, excepcionalmente 1:100, compreendendo:

* Indicação e representação de todos os elementos: acessos, estrutura, alvenarias, revestimentos, esquadrias (com sistema de abertura) e conforme o caso, muros, grades, telhados, marquises e outros componentes arquitetônicos significativos;
* Caimento de ruas e/ou terreno; e,
* Especificação do tipo de pintura e cor das alvenarias e esquadrias, bem como dos demais materiais de acabamento.

**e) Cortes** - Representam a edificação em planos verticais - transversais e longitudinais em quantidade necessária a fornecer o maior número possível de informações a respeito da intervenção. Em escala de 1:50, em número necessário ao perfeito entendimento do projeto, devem conter:

* Caimento de ruas e/ou terreno;
* Cotas de pés direitos;
* Cotas de nível de pisos, escadas e patamares;
* Cotas de piso a piso, espelhos e rebaixos;
* Altura de vergas, vãos e peitoris;
* Dimensões de beirais e demais elementos em balanço;
* Altura de cimalhas, platibandas, rodapés, barras e outros elementos;
* Dimensões de peças do telhado, inclinação da cobertura, altura de pontaletes, apoios e representação exata da armação das tesouras e demais peças;
* Indicação de todos os elementos da instalação elétrica cotados em relação ao piso;
* Representação dos elementos da instalação hidráulica;
* Indicação do tipo e cor da pintura das alvenarias, esquadrias, etc.; e,
* Especificações de materiais e elementos inseridos ou modificados no desenho.

**f) Cobertura** - Representam a forma e o sistema construtivo da cobertura, indicando as inserções e alterações. Em escala de 1:100, 1:50 ou 1:20, por meio de:

* Diagrama - descrição da cobertura, quando diferenciar do levantamento cadastral, relacionando-a com o perímetro da edificação, contendo:

- limite do prédio, em tracejado;

- limite da cobertura, em linha cheia;

- sentido das declividades;

- dimensões dos beirais;

- ângulo de inclinação, porcentagens ou pontos de cada água;

- representação de calhas, condutores, rufos, rincões, chaminés, etc.;

* Engradamento - representação de todo o sistema estrutural da cobertura, quando diferenciar do levantamento cadastral. Deve conter:

- projeto estrutural próprio, a depender do nível de intervenção na cobertura;

- identificação e representação em planta de tesouras, terças, caibros, ripas, forros, cambotas, guarda-pós, cachorros, beirais, caixas d’água;

- dimensões das peças;

- detalhes da armação das tesouras com representação de ferragens e sambladuras, etc.;

- detalhes de elementos isolados, beirais, ornatos como lambrequins, outros;

- à parte, quando necessário, planta de forros, sua estrutura (cambotas, barrotes, etc.) e seus detalhes notáveis.

* Detalhes Gerais - o conjunto deve abranger o detalhamento, nas escalas de 1:20, 1:10 ou 1:5, dos elementos a serem inseridos, modificados ou reproduzidos, devidamente cotados e especificados quanto aos materiais, acabamentos e cores, tais como:

- elevações, cortes esquemáticos das esquadrias e representação sumária das ferragens;

- escadas, forros, cimalhas, etc.;

- portões, grades, muros, etc.;

- banheiros, cozinhas, lavanderias, etc.;

- canaletas para águas pluviais, rufos, calhas e condutores; e,

- proteção dos elementos artísticos e integrados.

**4.2. Projetos Complementares a serem apresentados no Projeto Básico**

A elaboração destes projetos deverá fundamentar-se nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos que embasaram a proposta de intervenção escolhida. Deverão atender as prescrições das leis, códigos, normas e demais instrumentos vigentes estabelecidos, quer da esfera municipal, estadual ou federal. O autor de cada projeto deverá considerar a prescrição mais exigente, que eventualmente pode não ser a do órgão ou instituição de hierarquia superior.

Todos projetos complementares deverão ser desenvolvidos, basicamente, em duas etapas:

1ª Estudo Preliminar;

2ª Projeto Básico;

4.2.1. Instalações Hidráulicas e Sanitárias

4.2.1.1. *Água Fria e Água Quente*

O conjunto de condições e necessidades elencadas nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos que embasaram a proposta de intervenção, deverá caracterizar o projeto a ser elaborado de água fria e/ou de água quente.

O projeto expressa o conjunto de peças gráficas, em escala apropriada, memoriais e especificações, que visa disciplinar e definir a instalação de sistema de recebimento, reservação e distribuição de água fria. O mesmo será desenvolvido, basicamente, em duas etapas:

4.2.1.1.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na proposição e apresentação do sistema de água fria e/ou água quente a ser adotada e seu pré-dimensionamento, compreendendo os seguintes produtos:

**I. Planta de situação da edificação**, no nível da rua ou logradouro público, em escala adequada, indicando as canalizações externas e o alimentador, este desde a rede da concessionária local até o reservatório;

**II. Planta geral de cada nível da edificação**, em escala adequada, contendo o caminhamento das canalizações, horizontal e vertical, bem como a localização dos componentes do sistema alimentador, reservatórios, instalações elevatórias, pontos de consumo e outros;

**III. Relatório técnico contendo** o memorial descritivo e justificativo da solução adotada, sua descrição e características principais, as demandas que serão atendidas e o pré-dimensionamento do sistema.

**IV. Especificações de materiais e serviços.**

**V. Estimativa de custo.**

4.2.1.1.2. *Projeto Básico*

Consiste no dimensionamento e localização precisa de todos os componentes do sistema adotado e nas especificações de materiais e serviços. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta** de situação no nível da rua ou logradouro público, em escala mínima de 1:500, indicando todas as canalizações externas e as redes existentes das concessionárias e demais equipamentos tais como: dispositivos para hidrômetros e outros;

**II. Planta (desenho)** de cada nível da edificação, em escala de 1:50, indicando as canalizações e seus comprimentos, materiais, diâmetros e elevações – quer horizontal ou vertical; a localização precisa dos pontos de consumos e dos aparelhos sanitários, reservatórios, poços, bombas, outros equipamentos, dispositivos redutores de pressão; os elementos de suporte, fixação e apoio de tubulações, furos na estrutura e outros;

**III. Desenho da instalação em representação isométrica** indicando a rede geral, o conjunto de aparelhos e grupos de sanitários, os comprimentos e diâmetros das tubulações, vazões, pressão nos principais pontos, cotas, conexões, registros, válvulas e outros componentes;

**IV. Relatório técnico** complementando o estudo preliminar com os dados do Projeto Básico;

**V. Especificações detalhadas de materiais e serviços;**

**VI. Estimativa de custo.**

4.2.1.2. *Drenagem de Águas Pluviais*

O conjunto de condições e necessidades elencadas nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos que embasaram a proposta de intervenção, deverá caracterizar o projeto a ser elaborado. Este projeto, de acordo com cada caso, poderá ser de revisão, substituição parcial ou total, complementação ou novo.

O Projeto consiste no conjunto de elementos gráficos (desenho), memoriais, especificações e relatórios, que visa definir e disciplinar a instalação de sistema de captação, condução e afastamento das águas de superfície e de infiltração. O mesmo será desenvolvido, basicamente, em duas etapas:

4.2.1.2.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na proposição e apresentação do sistema de águas pluviais a ser adotado e seu pré-dimensionamento. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta de situação da edificação**, no nível da rua ou logradouro público, em escala mínima de 1:500, com os traçados dos ramais coletores externos e caracterização de elementos como: caixas de areia, drenos, caixas coletoras, conjunto de bombeamento e outras;

**II. Plantas gerais de coberturas** e demais níveis da edificação indicando todas as áreas de contribuição, em escala adequada, contendo os caimentos e pontos baixos das superfícies, pontos e elementos de coleta, como: calhas, canaletas, receptáculos e outros e a localização de condutores verticais e horizontais.

**III. Desenho do esquema isométrico da instalação.**

**IV. Relatório técnico** contendo os memoriais, descritivo e justificativo, da solução adotada, descrição e características principais, as demandas que serão atendidas e o pré-dimensionamento do sistema;

**V. Especificações de materiais e serviços;**

**VI. Estimativa de custo.**

4.2.1.2.2. Projeto Básico

Consiste no dimensionamento e localização precisa de todos os componentes do sistema adotado e nas especificações dos materiais e serviços. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta de situação** no nível da rua ou logradouro público, em escala mínima de 1:500, indicando a localização de todas as redes e ramais externos, inclusive redes da concessionária, posição dos elementos de coleta e características das respectivas áreas de contribuição, com dimensões, limites, cotas, inclinações, sentido de escoamento, permeabilidade e outros;

**II. Planta de cobertura** e demais áreas de contribuição, em escala de 1:50, contendo a localização de todos os componentes descritos no estudo preliminar e dimensões declividades, materiais e demais características de condutores, calhas, rufos e canaletas;

**III. Cortes em escala** 1:50 indicando o posicionamento definitivo dos condutores verticais;

**IV. Detalhes (desenhos)**, em escalas adequadas, onde constem o posicionamento, dimensões físicas e características de instalações de bombeamento, drenos, caixas de inspeção, de areia e coletora;

**V. Isométrico da instalação (desenho)**, indicando os diversos componentes do sistema;

**VI. Relatório técnico,** complementando o do estudo preliminar, com os dados do projeto básico;

**VII. Especificações detalhadas de materiais e serviços;**

**VIII. Estimativa de custo.**

**IX. Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico-Financeiro** com a quantificação de materiais e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos e o cronograma físico-financeiro.

4.2.1.3. *Esgotos Sanitários*

O conjunto de condições e necessidades elencadas nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos que embasaram a proposta de intervenção, deverá caracterizar o projeto a ser elaborado. Este projeto, de acordo com cada caso, poderá ser de revisão, de substituição parcial ou total, de complementação ou novo.

O Projeto consiste no conjunto de elementos gráficos (desenhos), memoriais, especificações e relatórios, que visam definir e disciplinar a instalação de sistemas de coleta, condução e afastamento dos despejos de esgotos sanitários. O mesmo será desenvolvido, basicamente, em duas etapas:

4.2.1.3.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na proposição e apresentação do sistema de esgotos sanitários a ser adotado e seu pré-dimensionamento. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta de situação da edificação,** no nível da rua ou logradouro público, em escala adequada, indicando as canalizações externas e as redes existentes das concessionárias, outro sistema receptor ou fossa sépticas, conforme o caso;

**II. Planta geral de cada nível da edificação,** em escala adequada, contendo o caminhamento das canalizações e a localização dos demais componentes do sistema;

**III. Desenho com a representação isométrica esquemática da instalação;**

**IV. Relatório técnico** contendo os memoriais, descritivo e justificativo, da solução adotada, descrição e características principais, as demandas que serão atendidas e o pré-dimensionamento do sistema;

**V. Especificações de materiais e serviços;**

**VI. Estimativa de Custo.**

4.2.1.3.2. *Projeto Básico*

Consiste no dimensionamento e localização precisa de todos os componentes do sistema adotado e nas especificações dos materiais e serviços. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta de situação ao nível da rua ou logradouro público,** em escala mínima de 1:500, indicando a localização de canalizações externas e as redes das concessionárias e demais equipamentos de interesse do projeto, com indicação de cortes e detalhes;

**II. Planta de cada nível da edificação,** em escala 1:50, contendo indicação das canalizações – seus comprimentos, materiais, diâmetros e elevações, localização precisa dos aparelhos sanitários, ralos, caixas sifonadas e de inspeção, tubos de ventilação, caixas coletoras ou separadoras, instalações de bombeamento, quando houver, peças e demais componentes;

**III. Desenho de representação isométrica** com indicação da rede geral, dos diâmetros e comprimento dos tubos, ramais, coletores e subcoletores;

**IV. Relatório técnico** do estudo preliminar complementado com os dados do projeto básico.

**V. Especificações detalhadas de materiais e serviços;**

**VI. Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico Financeiro** com a quantificação de materiais e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos e o cronograma físico-financeiro.

4.2.2. Instalações Elétricas e Eletrônicas

4.2.2.1. *Instalações Elétricas*

O conjunto de condições e de necessidades elencadas nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos que embasaram a proposta de intervenção, deverá caracterizar o projeto de instalações elétricas a ser elaborado.

O Projeto compreende o conjunto de peças gráficas (desenhos), memoriais, especificações e relatórios, que visam definir e disciplinar a instalação de sistemas de recebimento, distribuição e utilização de energia elétrica em edificações. O mesmo será desenvolvido, basicamente, em duas etapas:

4.2.2.1.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na proposição e apresentação do sistema das instalações elétricas a ser adotado e seu pré-dimensionamento. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Plantas esquemáticas** dos diferentes níveis da edificação e das áreas externas, em escalas adequadas, contendo o sistema de distribuição a ser adotado;

**II. Relatório técnico** que contenha memorial justificativo da solução escolhida, sua descrição e características principais, os critérios e parâmetros utilizados, as demandas que serão atendidas e o pré-dimensionamento do sistema. Deverão ser indicados o levantamento das cargas, cálculo de iluminação, quantidades e potências de motores, e as características de outras cargas com sua localização;

**III. Especificações de materiais e serviços;**

4.2.2.1.2. *Projeto Básico*

Consiste no dimensionamento do sistema elétrico adotado, apresentando a localização precisa e os detalhes dos principais componentes, inclusive dispositivos de suporte, fixação, apoio de tubulação, furos e passagens nos elementos estruturais e outros. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta de situação geral** de implantação da edificação, em escala mínima de 1:500, indicando:

a) Localização do ponto de entrega de energia elétrica, do ponto de medição e da subestação, quando houver, com suas características principais;

b) Outros elementos da instalação.

**II. Plantas de todos os níveis** (pavimentos) de edificação, em escala de 1:50 indicando:

a) Localização dos pontos de consumo com a respectiva carga, seus comandos e indicações dos circuitos pelos quais são alimentados;

b) Localização e detalhes dos quadros de distribuição com as respectivas cargas;

c) Trajeto dos eletrodutos ou calhas e dos condutores, localização de caixas e suas dimensões;

d) Traçado e dimensionamento dos circuitos de distribuição, dos circuitos terminais e dispositivos de manobra e proteção;

e) Tipos de aparelhos de iluminação e outros equipamentos, com todas suas características como: cargas, capacidades e outras;

f) Sistema de proteção contra descargas atmosféricas, localização e trajeto dos condutores, aterramento, dimensionamento e características principais;

g) Sistema de aterramento, dimensionamento, localização, trajeto dos condutores e características principais.

h)Sistema de proteção contra descargas atmosféricas com detalhamento completo;

i) Sistema de aterramento da instalação com detalhamento completo;

j) Detalhes típicos e específicos das ligações, de motores, luminárias, quadros e equipamentos elétricos e outros;

k) Legenda das convenções usadas;

**III. Diagramas unifilares da instalação de cada quadro;**

**IV. Relatório técnico** contendo o memorial descritivo do sistema e de seus componentes e o memorial de cálculo onde deverão ser apresentados a metodologia básica utilizada e o dimensionamento dos componentes;

**V. Especificação detalhada de materiais**, equipamentos e serviços que integram a instalação;

**VI. Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico Financeiro** com a quantificação de materiais e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos e o cronograma físico-financeiro.

4.2.2.2. *Telefonia*

O conjunto de condições e de necessidades elencadas nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos que embasaram a proposta de intervenção, deverá caracterizar o projeto de telefonia a ser elaborado.

O Projeto compreende o conjunto de peças gráficas (desenhos), memoriais, especificações e relatórios que visam definir e disciplinar a instalação de central privada de comutação telefônica, redes de tubulação e cabos, de modo a suprir as necessidades de comunicação telefônica de cada área da edificação. O mesmo será desenvolvido, basicamente, em duas etapas:

4.3.2.2.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na proposição e apresentação do sistema de telefonia a ser adotado e seu pré-dimensionamento. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta geral de cada nível da edificação,** em escala adequada, com indicação dos pontos telefônicos, tipo de distribuição da rede secundária, locação das caixas de distribuição e de saídas, prumadas, tipo e local da entrada;

**II. Relatório técnico que contenha memorial** justificativo da solução escolhida, sua descrição e características principais, os critérios e parâmetros utilizados, as demandas que serão atendidas e o pré-dimensionamento do sistema;

**III. Especificações de materiais e serviços;**

**IV. Estimativa de Custo.**

4.3.2.2.2. *Projeto Básico*

Consiste no dimensionamento e localização precisa de todos os componentes do sistema adotado e nas especificações dos materiais e serviços. Deverão ser apresentados os seguintes produtos.

**I. Planta de cada nível da edificação,** em escala de 1:50, com a locação das caixas de saída, de distribuição de área e geral, prumadas e toda a rede de tubulação secundária e de entrada e a rede de cabos e fios correspondentes;

**II. Detalhe (layout) preliminar da central** de comutação com as características do local de sua instalação, quando for o caso;

**III. Relatório técnico** do estudo preliminar complementado com os dados do projeto básico;

**IV. Especificações detalhadas de materiais, equipamentos e serviços;**

**V. Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico Financeiro** com a quantificação de materiais e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos e o cronograma físico-financeiro.

4.2.2.3. *Detecção e Alarme de Incêndio*

O conjunto de condições e de necessidades elencadas nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos que embasaram a proposta da intervenção, deverá caracterizar o projeto do sistema de Detecção e Alarme de Incêndio.

O Projeto compreende o conjunto de peças gráficas, memoriais, especificações e relatórios, que visam definir e disciplinar a instalação de dispositivos de detecção e alarme de incêndio. O mesmo será desenvolvido, basicamente, em duas etapas.

4.2.2.3.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na proposição e apresentação do sistema de detecção e alarme de incêndio e seu pré-dimensionamento. Deverão ser apresentados os seguintes produtos.

**I. Planta geral de cada nível da edificação**, em escala adequada, contendo a demonstração das áreas de risco, tipo e quantidade de detectores por área de risco, localização dos alarmes manuais, do painel central e dos eventuais repetidores, a abrangência dos ramais e o caminhamento preferencial da rede de dutos e fios;

**II. Relatório técnico** que contenha o memorial justificativo da solução escolhida, sua descrição e características principais, os critérios e parâmetros utilizados, as demandas que serão atendidas e o pré-dimensionamento;

**III. Especificações de materiais e serviços;**

**IV. Estimativa de Custo.**

4.2.2.3.2. *Projeto Básico*

Consiste no dimensionamento do sistema adotado, na localização precisa de seus componentes e na apresentação dos principais detalhes de execução, fixação e montagem. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta de todas as áreas** que possuam instalações de detecção e alarme de incêndio, em escala de 1:50, contendo a caracterização precisa de todos os componentes, quanto ao posicionamento, tipo de equipamento, dimensões e demais características;

**II. Cortes gerais** indicando o posicionamento dos componentes do sistema, em escala mínima de 1:50;

**III. Detalhe (layout) do painel central** e dos painéis repetidores, em escala mínima de 1:50;

**IV. Relatório técnico** contendo memorial descritivo do sistema e de seus componentes e o memorial de cálculo onde deverá ser apresentada a metodologia básica utilizada no dimensionamento dos componentes da instalação;

**V. Especificação detalhada dos materiais,** equipamentos e serviços que integram a instalação;

**VI. Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico Financeiro** com a quantificação de materiais e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos e o cronograma físico-financeiro.

4.2.2.4. *Instalações Luminotécnicas Internas e Externas*

A CONTRATADA deverá elaborar um projeto de *lighting design* para o conjunto arquitetônico, com o objetivo de conferir-lhe identidade própria, dentro de uma linguagem contemporânea, tomando como referência o partido adotado no projeto de arquitetura.

O projeto deverá contemplar as áreas internas, áreas externas e as fachadas.

Atender aos requisitos luminotécnicos necessários a cada área, proporcionando a seus usuários as condições ideais de conforto e acuidade visual.

Respeitar estritamente critérios de ordem econômica, em particular, de otimização das despesas referentes à energia consumida e à reposição das lâmpadas.

Estudar efeitos de iluminação especiais onde houver interesse específico.

Utilizar de maneira racional as tecnologias disponíveis, bem como respeitar os conceitos internacionalmente estabelecidos no campo da luminotécnica, atendendo às recomendações da NBR 5.413/1992 e do IES-NA (*Illuminating Engineering Society of North America*).

O conjunto de condições e de necessidades elencadas nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos que embasaram a proposta da intervenção, deverá caracterizar o sistema das instalações luminotécnicas internas e externas.

O Projeto compreende o conjunto de peças gráficas, memoriais, especificações e relatórios, que visam definir e disciplinar a instalação dos dispositivos luminotécnicos. O mesmo será desenvolvido, basicamente, em duas etapas:

4.2.2.4.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na proposição e apresentação do sistema das instalações luminotécnicas a ser adotado e seu pré-dimensionamento. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Plantas esquemáticas** dos diferentes níveis da edificação e das áreas externas, em escalas adequadas, contendo o sistema de distribuição a ser adotado;

**II. Fachadas e Cortes** contendo os pontos luminotécnicos e suas características;

**III. Relatório técnico** que contenha memorial justificativo da solução escolhida, sua descrição e características principais, os critérios e parâmetros utilizados, as demandas que serão atendidas e o pré-dimensionamento do sistema. Deverão ser indicados o levantamento das cargas, cálculo de iluminação, quantidades e potências, e as características de outras cargas com sua localização;

**IV. Especificações de materiais e serviços;**

4.2.2.4.2. *Projeto Básico*

Consiste no dimensionamento do sistema das instalações luminotécnicas adotado, apresentando a localização precisa e os detalhes dos principais componentes, inclusive dispositivos de suporte, fixação, apoio de tubulação, furos e passagens nos elementos estruturais e outros. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta de situação gera**l de implantação da edificação, em escala mínima de 1:500, indicando:

a) Localização do ponto de entrega de energia elétrica, do ponto de medição e da subestação, quando houver, com suas características principais;

b) Outros elementos da instalação.

**II. Plantas de todos os níveis** (pavimentos) de edificação, em escala de 1:100 indicando:

a) Localização dos pontos luminotécnicos com a respectiva carga, seus comandos, direções, indicações pertinentes e outras;

b) Localização dos quadros de distribuição;

c) Trajeto dos eletrodutos ou calhas e dos condutores, localização de caixas;

**III. Fachadas e Cortes** necessários ao pleno entendimento do projeto luminotécnico, contendo os pontos luminotécnicos e suas características;

**IV. Relatório técnico** contendo o memorial descritivo do sistema e de seus componentes e o memorial de cálculo onde deverão ser apresentados a metodologia básica utilizada e o dimensionamento dos componentes;

**V. Especificação detalhada de materiais**, equipamentos e serviços que integram a instalação;

**VI. Orçamento**, bem como relação de fornecedores.

Tais documentos técnicos permitirão a perfeita caracterização de todas as luminárias, lâmpadas e órgãos acessórios a serem empregados, bem como seus respectivos posicionamentos para fins de instalação e correspondente operação, em função das exigências especificas de cada ambiente ou área, alem da identificação dos equipamentos de controle e da forma de operação propriamente dita.

4.2.3. Instalações de Prevenção e Combate a Incêndios

O conjunto de condições e de necessidades elencadas nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos que embasaram a proposta de intervenção, deverá caracterizar o Projeto de Instalações de Prevenção e combate a incêndios a ser elaborado.

O Projeto compreende o conjunto de peças gráficas, memoriais, especificações e relatórios, que visam definir e disciplinar a instalação de sistema de prevenção e combate a incêndio, de modo a assegurar à edificação condições dentro dos limites mínimos de segurança compatíveis com as características da edificação, estimativa de custos, quando ajustada com o contratante, e as atividades de uso para ela previsto. Será desenvolvido, basicamente, em duas etapas.

4.2.3.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na proposição e apresentação do sistema de prevenção e combate a incêndios a ser adotado e seu pré-dimensionamento. Sistema este elaborado a partir dos critérios e parâmetros estabelecidos pelos órgãos regulamentadores. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta geral,** em escala adequada, para cada nível da edificação, inclusive o da rua ou logradouro público, e das coberturas com indicação dos componentes do sistema, tais como canalizações (horizontais ou verticais), locação dos hidrantes (internos e externos), extintores, bombas, reservatórios, registros de bloqueio e de recalque, válvulas de retenção e outros;

**II. Detalhes gerais e de interferências** com outros projetos e com ambientes e elementos a serem preservados, deverão ser analisados e aprovados nesta etapa;

**III. Relatório técnico** contendo memorial justificativo da solução escolhida, sua descrição e características principais, os critérios e parâmetros utilizados, as demandas que serão atendidas e o pré-dimensionamento do sistema;

**IV. Especificações de materiais e serviços;**

**V. Estimativa de Custos.**

4.2.3.2. *Projeto Básico*

Consiste no dimensionamento do sistema adotado, apresentando a localização precisa e os detalhes dos principais componentes da instalação. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. A documentação específica necessária** à aprovação do projeto pelo Corpo de Bombeiros local ou que atenda a cidade, conforme o caso;

**II. Planta de situação,** escala mínima de 1:500, com indicação das canalizações externas, inclusive redes existentes das concessionárias e outras de interesse do projeto, dos detalhes dos principais dispositivos, suportes e acessórios;

**III. Planta geral para cada nível da edificação,** em escala de 1:50, contendo indicação das canalizações, comprimentos, vazões, diâmetros, pressões nos pontos críticos, cotas de elevação, registros, válvulas, extintores, especificações dos materiais e equipamentos e outros;

**IV. Detalhes específicos** ou instalação dos hidrantes, extintores, sinalizações, sala de bombas, reservatórios, abrigos e outros;

**V. Detalhes de todos os furos** necessários nos elementos estruturais, dos suportes e dispositivos de apoio da instalação, e das peças embutidas. Estes detalhes deverão ser aprovados na etapa do estudo preliminar;

**VI. Desenho com representação isométrica**, em escala mínima de 1:50, do sistema de hidrantes ou mangotinho, com indicação dos diâmetros, comprimentos dos tubos e das mangueiras, vazões nos pontos principais, cotas de elevação e outros;

**VII. Especificações detalhadas** de materiais, equipamentos e serviços que integram a instalação;

**VIII. Relatório técnico** contendo o memorial descritivo do sistema e de seus componentes e o memorial de cálculo, onde deverão ser apresentados a metodologia básica utilizada e o dimensionamento dos componentes da instalação;

**IX. Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico Financeiro** com a quantificação de materiais e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos e o cronograma físico-financeiro.

4.2.4. Acessibilidade para pessoas em cadeira de rodas e mobilidade reduzida

O conjunto de condições e de necessidades elencadas nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos que embasaram a proposta de intervenção, deverão caracterizar também o Projeto de Acessibilidade para pessoas em cadeira de rodas e mobilidade reduzida a ser elaborado.

O Projeto compreende o conjunto de peças gráficas, memoriais, especificações, relatórios e planilhas orçamentárias, que visam definir e atender a todas as questões relativas à acessibilidade universal, de modo a assegurar que a Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos proporcione à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos, considerando a estimativa de custos, quando ajustada com o contratante, e as atividades de uso para ele previsto.

O projeto deverá obedecer ao Decreto Federal nº 5.296, de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.098, de 2000, bem como a Norma ABNT NBR 9050:2015 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos, a Lei nº 10.048:2000 e a Norma ABNT NBR 13.994:2000 – Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.

Para o perfeito funcionamento das instalações acessíveis, todas as medidas e dimensões descritas no projeto deverão estar de acordo com o Projeto Básico e demais projetos complementares.

4.2.4.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na proposição e apresentação do projeto de acessibilidade a ser adotado. Projeto este elaborado a partir dos critérios e parâmetros estabelecidos pelos órgãos, normas e legislações regulamentadores. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Planta geral,** em escala adequada, para cada nível da edificação, inclusive o da rua ou logradouro público;

**II. Detalhes gerais e de interferências** com outros projetos e com ambientes e elementos a serem preservados, deverão ser analisados e aprovados nesta etapa;

**III. Relatório técnico** contendo memorial justificativo das soluções escolhidas, sua descrição e características principais;

**IV. Especificações de materiais e serviços;**

**V. Estimativa de Custos.**

4.2.4.2. *Projeto Básico*

Consiste no desenvolvimento e dimensionamento do projeto idealizado, apresentando as localizações precisas, os detalhes dos principais componentes e demais informações pertinentes. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. A documentação específica necessária** à aprovação do projeto pelo órgão responsável, conforme o caso;

**II. Planta de situação,** escala mínima de 1:250, com indicação dos acessos para pedestres e veículos;

**III. Planta geral para cada nível da edificação,** em escala de 1:100, contendo indicação de pisos táteis, alerta e/ou direcional, rampas, elevadores, etc.;

**IV. Detalhes específicos**;

**V. Detalhamento de todos os sanitários disponíveis** a pessoas portadores de deficiência e mobilidade reduzida;

**VI. Especificações detalhadas** de materiais e equipamentos;

**VII. Relatório técnico** contendo o memorial descritivo do projeto e de seus elementos;

**VIII. Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico Financeiro** com a quantificação de materiais e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos e o cronograma físico-financeiro.

4.2.5. *Elevadores*

O conjunto de condições e de necessidades elencadas nos estudos, levantamentos, pesquisas e diagnósticos, que embasaram a proposta de intervenção e uso da edificação, deverá caracterizar o projeto do sistema de elevadores.

O Projeto compreende o conjunto de peças gráficas (desenho), memoriais, especificações e relatórios que visam definir e disciplinar a instalação de sistema mecânico de elevadores, para o transporte de pessoas, materiais e cargas em geral na edificação. O mesmo será desenvolvido, basicamente, em duas etapas.

4.2.5.1. *Estudo Preliminar*

Consiste na proposição e apresentação do sistema de elevadores a ser adotado e seu pré-dimensionamento. Devido à interferência desta instalação com os demais projetos, notadamente nos casos de edificações tombadas isoladamente, a etapa do estudo preliminar deve verificar a sua viabilidade técnica. Deverão ser apresentados os seguintes produtos.

**I. Detalhes e desenhos** esquemáticos de plantas e cortes da edificação, com a indicação dos elevadores, suas dimensões e características principais, eventuais interferências com elementos e ambientes a serem preservados e as propostas de integração;

**II. Relatório técnico** que contenha memorial justificativo da solução escolhida, sua descrição e características principais, as demandas que serão atendidas e o pré-dimensionamento do sistema;

**III. Especificações de materiais e serviços;**

4.2.5.2. *Projeto Básico*

Consiste no dimensionamento, especificação, principais detalhes dos componentes, inclusive dispositivos de suporte, fixação e apoio. Recomenda-se que esta etapa seja desenvolvida após aprovação da viabilidade técnica pelo IPHAN. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

**I. Detalhes (desenhos),** em escala mínima de 1:50 dos elevadores, com indicação das dimensões principais, espaços mínimos para os equipamentos e outros dados da instalação;

**II. Planta e cortes,** em escala de 1:50 da caixa do elevador e da casa de máquinas;

**III. Detalhes em escala adequada** dos elementos de integração, quando for o caso;

**IV. Especificações técnicas necessárias** e suficientes para a aquisição dos equipamentos;

**V. Relatório técnico** complementando o do estudo preliminar com os dados desta etapa;

**VI. Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico Financeiro** com a quantificação de materiais e serviços e o orçamento analítico, incluindo as composições unitárias de custos e o cronograma físico-financeiro.

**5. Prazos de Execução**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Projeto Básico de Arquitetura e Complementares** | | |
|  | Estudo Preliminar | 30 dias corridos |
|  | Projetos Legais | 30 dias corridos |
|  | Projeto Básico Arquitetura | 60 dias corridos |
|  | Projeto Básico Complementares |

Cada etapa descrita estará subordinada à aprovação da **SECRETARIA DA CULTURA**, por intermédio do **Grupo de Projetos e Acompanhamento de Obras,** que deverá ser feita por escrito, para conseqüente liberação da etapa seguinte.

São Paulo, 20 de março de 2017.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Eng.Arq. Celso Yassumi Nomoto

Assistente Técnico

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Eng.Giácomo José Vacaro

Grupo de Projetos e Acompanhamento de Obras

**Anexo I**

**Forma de Apresentação dos Trabalhos**

**Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos**

**Eldorado- Ivaporunduva- Vale do Ribeira/ SP**

**Forma de Apresentação dos Trabalhos**

* Definição para Arquivos
* Os arquivos de desenho deverão ser no formato **.dwg** para AutoCAD versão 2011 e deverá ser fornecida MAQUETE, QUADROS E MÍDIA para apresentação do Anteprojeto;
* Os desenhos deverão ser entregues em discos CD ou DVD – em caso de necessidade de compactação, deverá ser usado o software WINZIP;
* No(s) disco(s) deverá haver uma etiqueta com o nome, título do projeto, especialidade do projeto, nome da empresa contratada e nome dos arquivos contidos na mídia;
* Além do(s) disco(s), deverá ser entregue 3 (três) cópias impressas do projeto, plotada, em papel sulfite, assinada pelo responsável pelo projeto, além das cópias que serão encaminhadas aos órgãos públicos para aprovação (quantidade de acordo com o solicitado em cada órgão);
* As plantas em papel sulfite, assim como as discriminações técnicas, deverão ser entregues em uma pasta plastificada com identificação do nome do(s) projeto(s), especialidade(s) do projeto(s) e nome da empresa contratada;
* Os arquivos de memoriais, planilhas quantitativas e outros relatórios deverão ser no formato **.doc** e **.xls**, para Office 2010, e no formato **.pdf**;
* Além do(s) discos(s), deverão ser entregues 2 (duas) cópias impressas em papel sulfite dos memoriais, planilhas quantitativas e outros relatórios, com assinatura do responsável pelo projeto na última folha.

Todos os projetos apresentados devem:

- Ser estudados de maneira que não agrida o meio ambiente em que será inserido, ou seja, aproveitar recursos naturais, como iluminação, reaproveitamento de água, inclusive atendendo Protocolo de Cooperação;

- Apresentação de ART ou RRT, Memoriais, Especificações Técnicas, Quantitativos, inclusive com suas devidas Aprovações Legais.

* Definições para desenhos
* A unidade do desenho será metro (m);
* Carimbo deverá ser o da contratada, com 18,5cm de largura, e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Nome do cliente: SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO;

- Título do Projeto: Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos;

- Assunto da prancha (Pav. Térreo – Planta);

- Endereço do Imóvel (rua, número e cidade);

- Nome / CREA/CAU do(s) projetista(s) (com endereço e telefone);

- Campos para assinaturas do proprietário e responsável técnico;

- Número da prancha e quantidade de pranchas;

- Escala de plotagem do desenho (1:100, 1:50, 1:20, etc.);

- Data de conclusão do projeto (mês/ano).

* Deverá ser registrado, no rodapé do quadro de cada prancha, o respectivo nome do arquivo;
* Deverão ter uma dimensão de acordo com as Normas da ABNT (A0, A1, A2, A3) e a outra dimensão a largura padrão do “plotter” (900mm), para conter o desenho;
* Os arquivos de plotagens deverão ser programados de tal forma que duas ou mais pranchas sejam distribuídas para preencher os vazios da largura padrão do “plotter”.

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(Modelo: deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

São Paulo, \_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

**Á**

**Secretaria de Estado da Cultura**

**Rua Mauá, nº 51 – Luz**

**São Paulo/ SP – CEP: 01028-900**

**CONVITE N\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**Processo SC nº\_\_\_\_/\_\_\_\_**

Vimos, pela presente, apresentar a Vossas Senhorias, nossa documentação referente à licitação em epígrafe e declaramos pleno atendimento aos requisitos para habilitação, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma, não havendo fato impeditivo à nossa habilitação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, RG, Função ou Cargo e

Assinatura do Representante Legal ou Procurador

**ATENÇÃO: Este documento deverá ser apresentado fora dos envelopes nºs 1 e 2.**

**ANEXO III**

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 34 DA LEI FEDERAL Nº 11.488, DE 15.06.2007**

**Á**

**Secretaria de Estado da Cultura**

**Rua Mauá, nº 51 – Luz**

**São Paulo/ SP – CEP: 01028-900**

**CONVITE N\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**Processo SC nº\_\_\_\_/\_\_\_\_**

Declaro, sob as penas da lei, que a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (**microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa** que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15/06/2007), nos termos do enquadramento previsto no artigo 3º, incisos I e II, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos no § 4º e seguintes da mesma lei, cujos termos declaro conhecer na íntegra, com a finalidade de exercer o direito de preferência e de comprovar a regularidade fiscal somente para efeito de assinatura de contrato, previstos nos artigos 42 a 44 daquele estatuto.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, RG, Função ou Cargo e

Assinatura do Representante Legal ou Procurador

**ANEXO IV**

**MINUTA DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO NOS TERMOS DO DECRETO Nº 42.911/98**

**À**

**Secretaria de Estado da Cultura**

**Rua Mauá, n° 51 – Luz**

**São Paulo/SP – CEP: 01028-900**

**PROCESSO SC n° \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**CONVITE N\_\_\_\_/\_\_\_\_**

Eu, (nome completo)\_\_\_\_, representante legal de empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar do **CONVITE N\_\_\_\_/\_\_\_\_**, da Secretaria de Estado da Cultura, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do §6º do artigo 27 da lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, a (nome da pessoa jurídica), encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Local, e data \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, RG, Função ou Cargo e

Assinatura do Representante Legal ou Procurador

**ANEXO V**

**(MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO OU OUTROS)**

**À**

**Secretaria de Estado da Cultura**

**Rua Mauá, n° 51 – Luz**

**São Paulo/SP – CEP: 01028-900**

**PROCESSO SC n° \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**CONVITE N \_\_\_\_/\_\_\_\_**

Declaramos, para os devidos fins de direito, sob as penalidades cabíveis, o quanto segue:

1. A ora licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (nos termos do art. 87, IV da Lei federal nº 8.666/93) e tampouco não possui penalidade aplicada de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração (conforme art. 87, III da Lei federal nº 8.666/93 e art. 7º da Lei federal nº 10.520/2002);
2. Que cumprimos com o disposto no artigo 117 da Constituição Estadual, que trata das normas de saúde e segurança no trabalho;
3. E que, nos termos do artigo 1º, da Lei n.º 10.218, de 12 de fevereiro de 1999, não possuímos diretor, gerente ou empregado que tenham sido condenados por crime ou contravenção, em razão da prática de atos de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade, ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego.

Local, e data \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, RG, Função ou Cargo e

Assinatura do Representante Legal ou Procurador

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

**À**

**Secretaria de Estado da Cultura**

**Rua Mauá, n° 51 – Luz - CEP: 01028-900 - São Paulo/ SP**

**PROCESSO SC n° \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**CONVITE N° \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**OBJETO:** Contratação de projeto básico de engenharia e arquitetura para restauro da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no Quilombo Ivaporunduva – Eldorado – Ivaporunduva- Vale do Ribeira/SP**.**

Prezados Senhores,

Declaramos para fins de participação no CONVITE SUPRA REFERENCIADO, que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Inscrito no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, realizou vistoria técnica, com o objetivo de cientificar-se de todas as condições do local, no qual serão realizados os serviços.

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, RG, Função ou Cargo e

Assinatura do Representante Legal ou Procurador

**ANEXO VII**

**PROPOSTA DE PREÇO**

**À**

**Secretaria de Estado da Cultura**

**Rua Mauá, n° 51 – Luz - CEP: 01028-900 - São Paulo/ SP**

**PROCESSO SC n° \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**CONVITE N° \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**OBJETO:** Contratação de projeto básico de engenharia e arquitetura para restauro da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no Quilombo Ivaporunduva – Eldorado – Ivaporunduva- Vale do Ribeira/SP**.**

Prezados Senhores,

Após analisarmos, minuciosamente, toda a documentação da licitação epigrafada composta do Edital e seus Anexos, estarmos cientes do local onde serão realizados os serviços e de tomarmos conhecimento de todas as condições e obrigações para a sua execução, propomos executar, sob nossa integral responsabilidade, o objeto da licitação supracitada, sob o regime de empreitada por preços unitários, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, **pelo valor total de R$ ...................... (....................................), já computado o BDI**, resultante da aplicação dos preços ofertados aos itens constantes da Planilha Orçamentária para Preenchimento – **Anexo VIII**, desta parte indissociável**:**

A presente proposta é válida pelo prazo 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, RG, Função ou Cargo e

Assinatura do Representante Legal ou Procurador

**ANEXO XI**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI**

**1 - Bonificação**

1.1 - Lucro estimado............................................................. \_\_\_,\_\_\_%

**2 - Despesas Indiretas**

2.1 - Administração central................................................... \_\_\_,\_\_\_%

2.2 - Administração local...................................................... \_\_\_,\_\_\_%

2.3 - Ferramentas e equipamentos de pequeno porte............... \_\_\_,\_\_\_%

2.4 - Despesas operacionais com transporte............................ \_\_\_,\_\_\_%

2.5 - Despesa com o custo financeiro...................................... \_\_\_,\_\_\_%

2.6 - Impostos sobre o lucro estimado

Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ............................ \_\_\_,\_\_\_%

2.7 - Imposto Municipal

Imposto Sobre Serviço - ISS (*incidência só da mão-de-obra*  \_\_\_,\_\_\_%

2.8 - Impostos sobre o Faturamento

Programa de Integração Social - PIS................................... \_\_\_,\_\_\_%

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS\_\_\_,\_\_\_%

***Total do BDI em porcentagem..............* \_\_\_,\_\_\_%**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, RG, Função ou Cargo e

Assinatura do Representante Legal ou Procurador

**NOTA:** Apresentar valores em porcentagens com até 2 (duas) casas decimais e quando forem abaixo dos limites legais, apresentar justificativa documentada.

**OBS.: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da licitante.**

**ANEXO XII**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**PROCESSO SC n° \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**CONTRATO N° \_\_/\_\_\_\_**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA CULTURA E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA RESTAURO DA CAPELA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS, SITUADA NO QUILOMBO IVAPORUNDUVA – ELDORADO – IVAPORUNDUVA- VALE DO RIBEIRA/SP.**

Aos \_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, na cidade de São Paulo, compareceram, de um lado, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n° 51.531.051/0001-80, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Senhor ALESSANDRO SOARES, portador do RG n° 44.892.162-5 SSP/SP e CPF/MF nº 340.858.768/05, usando a competência atribuída pela pelo art. 103, III, “d” do Decreto estadual nº 50.941/2006, doravante designado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_ com sede à Rua \_\_\_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n° \_\_\_\_\_, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por **\_\_\_\_\_\_\_\_**, portador do R.G nº. \_\_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e pelos mesmos foi dito que em face da adjudicação efetuada no Convite n\_\_\_\_/\_\_\_\_, conforme despacho exarado às fls. \_\_\_\_ do Processo SC n° \_\_\_\_/\_\_\_\_ pelo presente instrumento avençam um contrato de execução de projeto básico de engenharia e arquitetura para restauro da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no Quilombo Ivaporunduva – Eldorado – Ivaporunduva- Vale do Ribeira/SP, sujeitando-se às normas da Lei Estadual n° 6.544, de 22 de novembro de 1989, Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive Resolução SC nº 27, de 23 de maio de 2013 e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a execução de projeto básico de engenharia e arquitetura para restauro da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no Quilombo Ivaporunduva – Eldorado – Ivaporunduva- Vale do Ribeira/SP, conforme Termo de Referência constante do Anexo I que integra o Edital de Convite n° \_\_/\_\_\_\_, proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo SC n° \_\_\_\_/\_\_\_\_, observadas as normas técnicas da ABNT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

À CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento e seus anexos, bem como daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

**I** - Dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas, bem como as normas de segurança exigidas.

**II -** Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.

**III -** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e encargos sociais sobre seus serviços e outros resultantes da execução do contrato***.***

**IV -** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem onerará o objeto deste contrato.

**V -** Fornecer à CONTRATANTE os dados técnicos e todos os elementos e informações necessários, sempre que solicitados.

**VI -** Executar integralmente os serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se pela qualidade técnica e profissional de seus empregados, sócios e prepostos.

**VII -** Facultar à CONTRATANTE, através de prepostos credenciados e ora indicados, o acompanhamento da execução dos serviços contratados.

**VIII -** Assumir todos os custos necessários ao fiel cumprimento deste contrato, arcando com todas as despesas inerentes que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, tais como, impostos, taxas, contribuições, ônus e encargos comerciais, tributários e fiscais de natureza federal, estadual e ou municipal, multas, emolumentos, seguros e outros eventualmente previstos na legislação em vigor.

**IX -** Dar os esclarecimentos necessários à CONTRATANTE, bem como as informações concernentes à natureza e andamento dos serviços executados, ou em execução, mantendo estreita colaboração com a CONTRATANTE no sentido de harmonizar a perfeita execução geral dos serviços contratados, mediante relatório semanal de atividades, que deverá incluir ações e croqui/desenhos em desenvolvimento, a ser encaminhado ao gestor do contrato, indicado pela CONTRATANTE.

**X -** Fazer as alterações no projeto, atendendo as solicitações que forem necessárias até a aprovação final, adequando-se: às diretrizes indicadas pela CONTRATANTE; ao parecer dos órgãos de preservação; às orientações do projeto e às diretrizes de custo de obra e de tempo de construção indicadas pela CONTRATANTE***.***

**XI -** Manter o segredo profissional em relação aos serviços executados, não fornecendo nem divulgando dados e informações referente aos serviços que foram executados, sem concordância previa e por escrito da CONTRATANTE.

**XII -** Garantir a qualidade e total eficiência dos serviços, por sua execução cabal nos prazos previstos em contrato, assim como por sua conformidade com os requisitos técnicos também ali estabelecidos.

**XIII -** Assegurar que os serviços não acarretem infração a quaisquer direitos de marca, direitos autorais ou outros correlatos, e responsabilizar-se pelos prejuízos.

**XIV -** Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto deste contrato, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pelo CONTRATANTE. Nessa hipótese o CONTRATANTE poderá reter pagamentos devidos à CONTRATADA, na proporção dos prejuízos verificados, até a solução da pendência.

**XV -** Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

**XVI -** Não efetuar quaisquer alterações, supressões ou acréscimos dos serviços contratados, sem que haja o devido aditamento contratual.

**XVII -** Atender prontamente a todas as convocações da CONTRATANTE, e quantas vezes for necessário, sempre num intervalo de tempo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, após a convocação, prestando quaisquer esclarecimentos que forem solicitados.

**XVIII -** Atender ao disposto nas Normas Regulamentadoras de Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho e todas as leis pertinentes.

**XIX -** Preservar e manter o CONTRATANTE à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas referentes aos serviços.

**XX** - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo.

**XXI** - Manter durante toda execução contratual os seguintes seguros, encaminhando ao CONTRATANTE as respectivas apólices:

1. contra acidentes do trabalho; e
2. riscos diversos de acidentes físicos decorrentes da execução do objeto deste contrato, além de outros exigidos pela legislação pertinente.

**XXII** - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de acidentes do trabalho, não cobertas pelo seguro.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, o CONTRATANTE obriga-se a:

1. Expedir ordem de início dos serviços.
2. Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à execução do objeto do contrato, considerada a natureza dos mesmos.
3. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato.
4. Exercer fiscalização dos serviços.
5. Permitir aos técnicos e empregados da CONTRATADA amplo e livre acesso às áreas físicas do CONTRATANTE envolvidas na execução deste contrato, observadas as suas normas de segurança internas.
6. Providenciar a desocupação de ambientes, quando for o caso.
7. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar, em tempo hábil, de modo a não prejudicar o andamento dos trabalhos.
8. Indicar gestor do contrato, nos termos do artigo 67 da Lei federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO**

O controle e a fiscalização deste contrato serão efetuados por funcionário indicado pela CONTRATANTE, a fim de assegurar o pleno cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A fiscalização prevista será exercida no exclusivo interesse da CONTRATANTE e não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, porventura, apuradas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A fiscalização deste Contrato pela CONTRATANTE não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas e serviços pactuados.

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO**

O valor total deste contrato é de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_***\_\_\_*** (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) nos termos da proposta da CONTRATADA, desta parte integrante.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

No valor total para execução do objeto deste Contrato, incluem-se todas as despesas diretas ou indiretas e as margens de lucro da CONTRATADA, que se refiram ao objeto descrito e caracterizado no Termo de Referência e seus complementos, tais como: materiais e mão-de-obra; transportes; tributos de qualquer natureza; encargos sociais e trabalhistas; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos; despesas administrativas e de escritório; testes laboratoriais ou outros exigíveis por norma técnica e todas as despesas relacionadas com a prestação de serviços do objeto da presente licitação

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da UGE: 120.101, Programa de Trabalho: 13.391.1213.2026.0000, Natureza da Despesa: 44.90.51, Fonte: 1.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS MEDIÇÕES**

As medições para faturamento deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias a partir da ordem de início dos serviços. Sob pena de não realização, as medições devem ser precedidas de solicitação da CONTRATADA, com antecedência de 5 (cinco) dias, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura, instruída com relatório das atividades executadas no período abrangido pelo Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela CONTRATADA na licitação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Serão medidos apenas os serviços ou as parcelas dos serviços executados e concluídos conforme o disposto nos documentos que integram o presente contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como memórias de cálculo, desenhos, catálogos, etc.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

As medições serão acompanhadas por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PAGAMENTOS**

O pagamento de cada etapa dos serviços executados pela CONTRATADA será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da entrada da nota fiscal/fatura no protocolo do da Secretaria da Cultura, situada na Rua Mauá, 51, 3º andar, sala 304, Bairro da Luz, São Paulo, acompanhada dos atestados de recebimento firmados pelo Grupo de Projetos e Obras, nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, conforme demais condições e prazos estabelecidos neste contrato e no edital.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

De acordo com o artigo 2º, do Decreto Estadual n.º 43.060, de 27 de abril de 1998, os pagamentos serão feitos, exclusivamente, por meio de crédito aberto em conta bancária no Banco do Brasil S/A, em nome da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária, bem como juros moratórios a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore”, em relação ao atraso verificado, nos termos do artigo 74, da Lei Estadual nº 6.544/89.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Juntamente com a nota fiscal/fatura, deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento do INSS e do FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços e à mão de obra alocada para esse fim, bem como do recolhimento do ISSQN – quando não houver retenção nos termos do inciso III, parágrafo décimo segundo desta cláusula, correspondente aos serviços executados.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Os documentos descritos no parágrafo terceiro desta cláusula poderão ser apresentados por meio de cópia autenticada ou de cópia simples acompanhado do original, para conferência e autenticação pelo servidor público responsável.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Se, por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, não houver decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, INSS, bem como do ISSQN – quando não houver retenção nos termos do inciso III, parágrafo décimo segundo desta cláusula, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para os respectivos recolhimentos.

**PARÁGRAFO SEXTO**

A liberação do primeiro pagamento estará condicionada à entrega, pela CONTRATADA, da via azul da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente à execução dos serviços, onde deverá haver alusão expressa ao número do Processo da CONTRATANTE, do contrato e do seu objeto, com os seus campos integralmente preenchidos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

**PARÁGRAFO OITAVO**

O cumprimento da condição a que se refere o parágrafo anterior poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8°, da Lei estadual nº 12.799/2008.

**PARÁGRAFO NONO**

O pagamento realizado pela CONTRATANTE não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados parcialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO**

A não aceitação dos serviços pela fiscalização implicará a suspensão imediata do pagamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO**

Processada a medição, a fiscalização autorizará a CONTRATADA a emitir a respectiva fatura. Caso as faturas apresentem incorreções, estas serão devolvidas à CONTRATADA, para as devidas correções, nesta hipótese o prazo estabelecido no caput desta cláusula será contado a partir da data de reapresentação das faturas, sem incorreções.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO**

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN é devido no local do estabelecimento prestador dos serviços, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31.07.03. (Parecer PA 39/2012) e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao Imposto sobre Serviços de QualquerNatureza – ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostreexigível a retenção do imposto, o CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do imposto pelo tomador dos serviços, a CONTRATADA deverá obedecer às seguintes regras:

1. apresentar declaração da Prefeitura com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
2. apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;
3. caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento;
4. a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO**

Para o último pagamento a CONTRATADA deverá apresentar a aprovação dos projetos junto ao IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRESP, bem como aos órgãos públicos competentes, em especial a Prefeitura Municipal, concessionárias de serviços públicos, Corpo de Bombeiros e outros.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DO PREÇO**

Os preços não serão reajustados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Só será admitido reajuste se o prazo de execução do objeto sofrer prorrogação, observados os termos deste instrumento e da Lei de Licitações, de modo que o contrato venha a atingir vigência superior a 12 (doze) meses, salvo se a prorrogação ocorrer por culpa exclusiva da CONTRATADA, hipótese em que não haverá reajuste.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Para o reajuste, será observada a periodicidade de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta, e os preços unitários serão reajustados, na periodicidade anual, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

IPC

R = Po . [ (----------) – 1 ]

IPCo

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

**CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

O objeto do contrato deverá ser executado e concluído em até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da ordem de início dos serviços, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I, como segue:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Cada etapa descrita estará subordinada à aprovação da CONTRATANTE, por intermédio do Grupo de Projetos e Acompanhamento de Obras, que deverá ser feita por escrito, para consequente liberação da etapa seguinte.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A quantidade de dias em que os produtos ficarão em poder da contratante será com base no princípio da razoabilidade. Além disso, o prazo para análise dos projetos não será computado no prazo para execução dos mesmos. Contudo, a análise dos projetos de determinada disciplina, não implica na paralisação dos projetos das demais disciplinas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O objeto do contrato deverá ser executado nas instalações da CONTRATADA, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, encargos trabalhistas e previdenciários, instalação de equipamentos para a execução dos serviços, despesas com telecomunicações e internet, cópias heliográficas e xerográficas dos elementos gráficos e descritivos dos estudos do projeto, despesas relativas a fotografias, ampliações fotográficas, perspectivas especiais, montagens, apresentações especiais, despesas de viagens e estadias para fora do Município de São Paulo.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Todos os projetos elaborados pela CONTRATADA deverão ser aprovados pelo CONTRATANTE e pelos órgãos fiscalizadores e/ou de proteção competentes para conseqüente liberação da etapa seguinte. O desenvolvimento dos serviços obedecerá ao Cronograma Físico-Financeiro apresentado na proposta.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Fica a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do objeto deste instrumento, observados os termos e limites previstos no § 1º, do artigo 65, da Lei federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei federal n° 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Para o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA prestou garantia sob a modalidade de \_\_\_\_\_, no valor de R$ \_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em conformidade com o disposto no artigo 56 da Lei federal n° 8.666/93.

**PARAGRAFO PRIMEIRO**

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não implemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A cobertura prevista no parágrafo primeiro desta cláusula abrangerá todos os fatos ocorridos durante a vigência da garantia, ainda que o sinistro seja comunicado pela CONTRATANTE após a superação do termo final de vigência da garantia.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada por meio de guia própria de recolhimento, em conta do Tesouro do Estado no Banco do Brasil, que contemple a devida correção monetária do valor depositado.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Se a CONTRATADA optar pela modalidade seguro-garantia, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos nos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, observados o parágrafo quinto adiante.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Caso a apólice não seja emitida de forma a atender a exigência prevista no parágrafo quarto desta cláusula, a CONTRATADA poderá apresentar declaração, firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos nas alíneas “a” e “c” do parágrafo primeiro desta cláusula.

**PARÁGRAFO SEXTO**

No caso de alteração do valor do contrato e/ou prorrogação do prazo de vigência, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**PARÁGRAFO OITAVO**

Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

1. Caso fortuito ou força maior;
2. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO NONO**

Após a aferição do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO DÉCIMO**

A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a CONTRATADA sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa, observado o disposto na Resolução SC nº 27, de 23-5-2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

Se a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, artigos 80 e 81 da Lei estadual nº 6.544/89, de acordo com o estipulado na Resolução SC-27, de 23-05-2013, no que couber.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar das faturas, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE**

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as conseqüências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei federal nº 8.666/93 e artigos 75 a 82 da Lei estadual n° 6.544/89.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei federal n° 8.666/93, e no artigo 77 da Lei estadual n° 6.544/89.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto deste contrato será recebido pelo CONTRATANTE após a aprovação dos projetos, por comissão ou servidores designados, em conformidade com o disposto nos artigos 70 e 71 da Lei estadual nº 6.544/89 e 73 e 74 da Lei federal nº 8.666/93 e as regras específicas estabelecidas neste instrumento, no edital e anexos da licitação indicada no preâmbulo deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Constatada a conclusão dos serviços, em conformidade com os termos do Contrato e demais normas técnicas pertinentes e estando aprovados todos os projetos que exijam aprovação nos órgãos competentes, o CONTRATANTE fornecerá o Termo de Recebimento Provisório, que terá validade por 180 (cento e oitenta) dias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Havendo rejeição dos serviços no todo ou em parte estará a CONTRATADA obrigada a refazê-los, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, observando as condições estabelecidas para a execução.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Decorrido esse período sem necessidade de quaisquer reparos, será entregue o Termo de Recebimento Definitivo; se houver ocorrências que justifiquem o refazimento no todo ou em parte dos serviços, a contagem do período de 180 (cento e oitenta) dias será recomeçada.

**PARÁGRAFO QUARTO**

O recebimento dos serviços, bem como a aceitação dos serviços das etapas intermediárias, atesta o cumprimento das exigências contratuais, mas não afasta a responsabilidade técnica ou civil da CONTRATADA, que permanece regida pela legislação pertinente.

**PARÁGRAFO QUINTO**

O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA e de todos os profissionais responsáveis técnicos pela perfeita adequação técnica dos projetos elaborados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

É defeso à CONTRATADA a cessão ou transferência total ou parcial dos direitos e obrigações contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROPRIEDADE E A AUTORIA DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS**

A CONTRATADA, declarando ser a autora do projeto objeto deste contrato, cede e transfere à CONTRATANTE seus direitos patrimoniais de autoria do projeto básico de restauro da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Com a presente alienação, passam à CONTRATANTE, por definitiva transferência, todos os direitos e faculdades que no seu conjunto constituem o direito patrimonial da CONTRATADA, sobre o projeto realizado, em todos os seus aspectos, manifestações e aplicações diretas ou indiretas, modificações, adaptações extensões e aplicações que forem necessárias para o exercício dos direitos cedidos, a exclusivo arbítrio da CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Em virtude da cessão/transferência do projeto básico de restauro da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a CONTRATADA não fará jus a nenhum outro pagamento, além daquele que for ajustado neste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Os projetos elaborados ou copiados pela CONTRATADA em decorrência deste contrato serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Fica assegurado à CONTRATADA, o direito de conservar em seus arquivos, os registros e as cópias dos documentos acima referidos exclusivamente para fins de consulta interna.

**PARÁGRAFO QUINTO**

A CONTRATADA se obriga a não utilizar esse projeto em hipótese alguma, ficando vedada sua reprodução no todo ou em partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica ainda ajustado que:

**I -** Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

a) o Edital da licitação n° \_\_/\_\_\_\_ e seus anexos;

b) a Proposta apresentada pela CONTRATADA;

c) Cronograma Físico e Financeiro;

d) Termo de Referencia;

e) Critérios de Medição e Remuneração - Boletim CPOS-169;

f) Resolução SC-27, de 23-05-2013;

g) Termo de Ciência e Notificação.

**II -** Serão de propriedade exclusiva do CONTRATANTE os projetos, relatórios, mapas, desenhos, diagramas, planos estatísticos e quaisquer outros documentos elaborados pela CONTRATADA, referente ao objeto por ela executado.

**III -** Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei estadual n° 6.544/89, da Lei federal n° 8.666/93 e disposições regulamentares.

**IV -** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do contrato, não resolvidas na esfera administrativas, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para os devidos fins de direito.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CONTRATANTE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CONTRATADA

**ANEXO XIII**

**Resolução SC-27, de 23-05-2013**

*Dispõe sobre a aplicação das multas previstas na Lei Federal 8.666, de 21-06-1993 e na Lei Estadual 6.544, de 22-11-1989, no âmbito da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.*

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 88 da Lei Estadual 6.544, de 22-11-1989, e dos artigos 3° e 6° do Decreto Estadual 31.138, de 09-01-1990, resolve:

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 1º** – A aplicação das multas, a que se referem os artigos 81, 86 e 87, inciso II, da Lei Federal 8.666, de 21-06- 1993, e os artigos 79, 80 e 81, inciso II, da Lei Estadual 6.544, de 22-11-1989, obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução.

**Artigo 2º** – As multas serão aplicadas com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**Artigo 3º** – As multas serão aplicadas em decorrência da recusa de contratar, da execução irregular, inexecução total, parcial, por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, bem como pelo descumprimento de outras obrigações contratuais ou legais, sem prejuízo do disposto no artigo 86, § 1º, da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993, e posteriores alterações.

**§1°** – Caberá ao gestor do contrato manifestar-se quanto ao ato irregular praticado pelo contratado, sugerir a penalidade que entender cabível e a multa a ser aplicada.

**§2°** – A aplicação da multa deverá garantir a prévia e ampla defesa, observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução CC 52, de 19-07-2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir.

**§3°** – O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 dias úteis.

**§4°** – Da decisão, caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação.

**CAPÍTULO II**

**DAS MULTAS**

**Artigo 4º** – Pela recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Secretaria de Estado da Cultura, será aplicada ao adjudicatário, multa de até 40% sobre o valor total do objeto do contrato, reajustado até a data da aplicação da penalidade, ou multa correspondente à diferença de preço resultante de contratação realizada para o mesmo objeto.

**Parágrafo único** – O valor da multa de que trata este artigo, deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, através de guia apropriada, no prazo de 30 dias contados da intimação.

**Artigo 5º** – Pela inexecução total do ajuste, será aplicada ao contratado multa de até 40% calculada sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, reajustado até a data da aplicação da penalidade, ou multa correspondente à diferença de preço resultante de nova contratação realizada para o mesmo objeto.

**Parágrafo único** – Nas aquisições equipara-se à inexecução total a entrega de produtos fora das especificações, havendo manifesta recusa em corrigir o vício.

**Artigo 6º** – Pela inexecução parcial do ajuste, será aplicada ao contratado multa de até 30% calculada sobre o valor dos materiais não entregues, dos serviços ou obras não executados, ou multa no valor correspondente à diferença de preço resultante de nova contratação realizada para o mesmo objeto.

**§1°** – Considera-se inexecução parcial o inadimplemento de cláusulas essenciais do contrato, que comprometa a obtenção do objeto contratual.

**§2°** – Nas obras e nos serviços, quando o total dos serviços executados e aferidos até a efetiva paralisação não ultrapassar 20% do valor total contratado, a multa será de até 40%.

**Artigo 7º** – Pela execução irregular do ajuste será cobrada multa equivalente a 500 UFESP’s (quinhentas Unidades Fiscais do Estado de São Paulo).

**Artigo 8º** – Pelo descumprimento injustificado de prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente para entrega de materiais, execução de etapas ou conclusão de obras e de serviços com prazos determinados, serão aplicadas as seguintes multas moratórias, que incidirão sobre o valor das obrigações não cumpridas:

**I** – atraso de até 30 dias, multa de 0,2% por dia de atraso;

**II** – atraso de 31 a 60 dias, multa de 0,3% por dia, desde o primeiro dia de atraso;

**§1°** – O atraso no cumprimento do contrato que seja superior a 60 dias será considerado inexecução parcial.

**§2°** – Se o material entregue não for aceito pela Secretaria de Estado da Cultura, o contratado deverá substituí-lo no prazo máximo de 05 dias úteis a contar da data da recusa, sendo o contratado considerado em atraso a partir do dia útil subseqüente ao término deste prazo.

**Artigo 9º** – Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações contratuais e legais, que não comprometam diretamente o objeto principal do contrato, incluindo as normas de saúde e segurança do trabalho, será aplicada multa de até 15% sobre o valor total do objeto.

**Artigo 10** – A contagem dos prazos de entrega ou de execução será feita em dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subseqüente à data estabelecida no contrato ou instrumento equivalente, configurando-se o atraso a partir do primeiro dia útil subseqüente ao do encerramento deste prazo.

Parágrafo único – Somente se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente.

**Artigo 11** – O valor correspondente à multa prevista neste capítulo poderá ser, a critério da Administração, descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que deu origem à multa, ou descontado da garantia prestada para o mesmo contrato.

**§1°** – Inexistindo o desconto nos moldes previstos neste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, através de guia apropriada, no prazo de 10 dias contados da intimação.

**§2°** – O valor da penalidade ficará restrito ao valor total do contrato.

**§3°** – A aplicação das penalidades de multa independe de prévia aplicação de penalidade de advertência.

**Artigo 12** – O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais) e na inscrição do débito na Divida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 13** – As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive com as demais penalidades previstas nas Leis Federais 8.666, de 21-06-1993, e 10.520, de 17-07-2002, e na Lei Estadual 6.544, de 22-11-1989, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.

**Artigo 14** – As penalidades de multa são autônomas entre si e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outra.

**CAPÍTULO III**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 15** – Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no CAUFESP (Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo), ou comunicadas às autoridades competentes, para fins de registro no referido Cadastro.

**Artigo 16** – As disposições desta Resolução aplicam-se também aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 17** – Cópia desta Resolução deverá integrar, como anexo, os atos convocatórios dos certames, e, nos demais casos, em especial nas contratações diretas, dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres.

**Artigo 18** – Às omissões desta Resolução aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

**Artigo 19** – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SC 09, de 15-03-1991.

**ANEXO XIV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORIAIS E PATRIMONIAIS**

**À**

**Secretaria de Estado da Cultura**

**Rua Mauá, n° 51 – Luz - CEP: 01028-900 - São Paulo/ SP**

**PROCESSO SC n° \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**CONVITE N° \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**OBJETO:** Contratação de projeto básico de engenharia e arquitetura para restauro da Capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no Quilombo Ivaporunduva – Eldorado – Ivaporunduva- Vale do Ribeira/SP**.**

Prezados Senhores,

**DECLARAÇÃO**

A empresa ............................................(nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ...................., sediada em............................ (endereço completo), declara que repassa os direitos patrimoniais, inclusive os autorais, do serviço relativo ao objeto desta licitação, para o fim da Secretaria do Estado da Cultura utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no art. art. 111 da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores, sem que lhe assista direito a indenização.

Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome, RG, Função ou Cargo e

Assinatura do Representante Legal ou Procurador

OBS. Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da licitante.